



Universidade Federal de Minas Gerais
Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública

Mapeamento Estadual da Qualidade e Efetividade das Medidas Sócio-Educativas em Meio Aberto em Minas Gerais: Relatório Qualitativo

Belo Horizonte, Abril de 2009.

Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS)
Superintendência de Avaliação e Qualidade do Sistema de Defesa Social (SASDS)
Subsecretaria de Atendimento às Medidas Sócio-educativas em Meio Aberto (SUASE)
Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP)

Relatório Qualitativo feito a partir dos dados obtidos das entrevistas com técnicos e adolescentes em atendimento nos programas de meio aberto. (Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade).

FICHA TÉCNICA

Secretária de Estado de Defesa Social (SEDS)

Secretário de Estado de Defesa Social

Maurício Campos Jr.

Secretário-Adjunto de Estado de Defesa Social

Moacyr Lobato de Campos Filho

Superintendência de Avaliação e Qualidade do Sistema de Defesa Social (SASDS)

Superintendente de Avaliação e Qualidade da Atuação do Sistema de Defesa Social

José Francisco da Silva

Diretora de Análise e Avaliação do Desempenho Operacional

Juliana Maron

Psicóloga da Diretoria de Análise e Avaliação do Desempenho Operacional

Rhona Kayello

Subsecretaria de Atendimento às Medidas Sócio-educativas em Meio Aberto (SUASE)

Subsecretário de Atendimento às Medidas Sócio-educativas

Ronaldo Araújo Pedron

Superintendente das Medidas em Meio Aberto e Semiliberdade (SGAS)

Ludmilla F. Faria

Adriana Nunes Vasconcelos - Gerente da Diretoria de Semiliberdade e Meio Aberto (DAS)

Daniela Rezende - Diretora da Diretoria de Gestão da Informação e Pesquisa (DIP)

Karina Cursino - Assessora técnica da (DIP)

Mariana P. Almeida - Assistente técnica (DIP).

COORDENADOR GERAL do CRISP

Cláudio C. Beato F., DR. - Dpto Sociologia - Fafich / UFMG

Coordenação da Pesquisa

Frederico Couto Marinho, Doutorando em Sociologia – CRISP / UFMG.

Pesquisadores

Cristiane Kasuko Torisu, Mestre em sociologia – CRISP / UFMG.

Klarissa Almeida Silva, Doutoranda em sociologia – UFRJ.

Diogo Alves Caminhas, Mestrando em sociologia – CRISP / UFMG.

Bráulio Alves Figueiredo Silva, Mestre em sociologia – CRISP / UFMG.

Estagiários

Mateus Rennó – CRISP/UFMG

Michael Abraão Soares Miranda – CRISP / UFMG

Danilo Brasil Soares – CRISP / UFMG

Aline Nogueira Menezes Mourão – CRISP / UFMG

Luiza Lobato Andrade – CRISP / UFMG

Colaboraram na Pesquisa

José Nery – CRISP / UFMG

Simone Viana – CRISP / UFMG

Daniele Viana – CRISP / UFMG

1. Introdução	6
2. Referencial Teórico: Juventude, violência e Políticas Públicas no contexto brasileiro	8
Juventude e Criminalidade	10
A Construção Social da Adolescência, Delinquência e da Justiça Juvenil.	11
A Sociologia do Sistema de Justiça Criminal no Brasil: Questões Gerais	15
4.Discussão Metodológica da Pesquisa (Geral)	18
4.2. Coleta de dados quantitativos e qualitativos	23
4.3. Percurso metodológico da pesquisa qualitativa	25
5- Análise das entrevistas com adolescentes dos programas Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade	30
5.1. Perfil dos Adolescentes	31
5.1.1.Relação com a família	31
5.1.2.Perspectiva de Futuro	34
5.1.3.Relação com Escola	35
5.1.4.Relação com Pares	37
5.2.Ato Infracional e Medida Sócio-educativa	38
5.2.1. Tipo de crime	38
5.2.2. Motivos para cometimento de ato infracional	39
5.2.3. Atendimento/ Relação com os técnicos	41
5.2.4. Trabalho/ curso	42
5.2.5. Impacto do programa na vida do adolescente	44
5.2.7. Experiência com outros órgãos do Sistema de Justiça	47
6. Análise com os profissionais dos programas Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à comunidade	48
6.1.Atendimento	48
6.3.Recursos	53
6.4.Coordenador	54
6.5.Contato com órgãos	54
6.6.Relação com Juizado e Promotoria	55
6.7.Fatores que dificultam a dinâmica dos atendimentos	56
6.8.Fatores que facilitam a dinâmica do atendimento	57
6.9.Opinião dos técnicos sobre a participação dos jovens no programa	57
6.10.Motivos que levam os adolescentes a cometerem atos infracionais segundo a percepção dos técnicos.	59
7. Recomendações e Considerações Finais com Base na Análise do Material Qualitativo	60
8. Referências bibliográficas:	64
Referências Bibliográficas	64
9. Anexos	67

1. Introdução

Após o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, as medidas sócio-educativas começaram a ser implementadas e aplicadas no país. No Estado de Minas Gerais há ainda muitas cidades em que tais medidas não foram implantadas ou que funcionam de maneira precária, contrastando com a capital e outras cidades da região metropolitana de Belo Horizonte, onde tais programas funcionam com razoável estrutura. Para que os direitos e deveres dos adolescentes em geral e daqueles em conflito com a lei, em particular, sejam assegurados é necessário que se conheçam as condições em que tais medidas são aplicadas e geridas para que sejam promovidas as necessárias adaptações e mudanças.

Para atingir esse objetivo, foi firmado acordo entre a Superintendência de Avaliação e Qualidade do Sistema de Defesa Social (SASD), a Subsecretaria de Atendimento às Medidas Sócio-educativas em Meio Aberto (SUASE) e o Centro de Estudo de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP/UFMG) para realização da pesquisa **“Mapeamento Estadual da Qualidade e Efetividade das Medidas Sócio-educativas em Meio Aberto (Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade) em Minas Gerais”**. Com esse estudo busca-se caracterizar o sistema sócio-educativo em meio aberto do estado de Minas Gerais, especificamente, realizar mapeamento estadual que contemple a identificação dos municípios de médio e grande porte que desenvolvem programas sócio-educativos em meio aberto, proporcionando informações acuradas a esse respeito que sejam capazes de subsidiar o fomento ao processo de descentralização de tais medidas. Busca-se também identificar a participação dos municípios na execução ou não de medidas sócio-educativas em meio aberto, além dos atores que compõem a rede sócio-educativa ou de defesa dos direitos da criança e do adolescente no município, tais como Conselho de Direitos, Delegacia Especializada, Juizado da Infância e Juventude, ONG e outras entidades da sociedade civil que atuam nesta esfera.

O modelo de diagnóstico sugerido pelo CRISP para que se alcancem os objetivos acima mencionados fundamenta-se em três eixos: (a) análise do perfil dos adolescentes em conflito com a lei que cumprem medidas sócio-educativas em meio aberto no estado de Minas Gerais; (b) a análise da metodologia de execução (periodicidade dos atendimentos, adequação dos locais, tipos de profissionais envolvidos, etc) das medidas em meio aberto e, (c) as articulações institucionais que compõem a política de

atendimento aos adolescentes que cumprem medidas sócio-educativas em meio aberto no estado de Minas Gerais. Para isso, a proposta também contempla o mapeamento dos municípios em que são aplicadas essas medidas sócio-educativas.

Durante a realização desta pesquisa, contamos com a colaboração de diversos profissionais que atuam na aplicação de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade no Estado, bem como de outros atores ligados à rede de defesa social, tais como juízes, comissários da infância e juventude, tendo em vista que em muitos municípios os programas ainda não são municipalizados. Todos nos forneceram importantes informações para a compreensão de como tais medidas são geridas e aplicadas em suas respectivas cidades.

2. Referencial Teórico: Juventude, violência e Políticas Públicas no contexto brasileiro.

No Brasil, sobretudo desde o início da década de 80, ao menos nas grandes cidades brasileiras, a existência de adolescentes vagando pelas ruas, se envolvendo com a delinquência (como autores e vítimas), consumindo e vendendo drogas ilegais, vem sendo percebida como problema social. As explicações para o fenômeno seguem em várias direções, passando pelas questões da delinquência, a exclusão social, a cultura adolescente até o crime organizado. Pouco a pouco, uma opinião pública inquieta, certamente influenciada pelo impacto do rápido crescimento da criminalidade urbana violenta, passa a temer a associação entre adolescência e criminalidade (especialmente entre os setores mais pauperizados). Tudo isso leva a que adolescentes e a delinquência a eles associada ganhem cada vez mais espaço na mídia, aparecendo no cenário nacional como uma grande ameaça à ordem social (Adorno, 1999).

A introdução de recentes mudanças na legislação de proteção às crianças e adolescentes tem contribuído para acirrar o debate público e mesmo polarizar as opiniões a propósito das soluções possíveis para conter a delinquência juvenil. A partir da Constituição de 1988, desenhou-se uma nova política de proteção e de atendimento à infância e à adolescência, que, ao contrário da anterior, considera crianças e adolescentes titulares de direitos: direito à existência digna, à saúde, à educação, ao lazer, ao trabalho e sobretudo ao amparo jurídico. Dois anos mais tarde, os preceitos constitucionais foram regulamentados através da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, a qual revogou o Código de Menores (1979) e instituiu o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

Casos de delitos cometidos por indivíduos com até dezoito anos de idade passaram a ser tratados como demanda de intervenções sócio-educativas. A suposição assumida é a de que não se pode exigir de pessoas muito jovens os mesmos padrões comportamentais esperados dos adultos, e que o papel destes últimos é educar, ou seja, ensinar e atrair as crianças e adolescentes para viverem em concordância com tais padrões de conduta. Assim, no campo normativo, institui-se que nem o sistema de justiça juvenil, e nem mais o juizado da infância e juventude, teria por atribuição um papel repressivo (Ilanud, 2002).

Com relação à criança, ou seja, a pessoa até doze anos de idade incompletos¹, se aplica a *inimputabilidade* e a *irresponsabilidade* penal. Os atos desviantes praticados por crianças que, se cometidos por adultos seriam considerados crimes, não são enviados ao Juizado. Quanto ao adolescente em conflito com a lei, este deve ser apresentado a uma justiça específica, o juizado da infância e da juventude, e embora seja acusado por um promotor, defendido por um advogado e julgado por um juiz, a ele não serão aplicadas as penas do código penal e sim medidas sócio-educativas.

Trata-se, portanto, de um processo de desjudicialização, que foi percebido e defendido por atores políticos e sociais relevantes e especialistas como condição importante para o estabelecimento e o exercício da cidadania infanto-juvenil (Sposato, 2006). O que não impediu que polêmicas tenham sido geradas – sobretudo a partir da edição do ECA. Tais polêmicas, repetindo de modo resumido, têm sido centradas nas discussões em torno da eficácia do estatuto em garantir a proteção aos adolescentes sem que isto implique em ausência de punição que, por sua vez, levaria ao incremento do crime entre os jovens (Cavallieri, 1995).

Assim, os debates seguem acalorados e divididos em duas frentes: uma delas defendendo que o aumento da criminalidade juvenil é consequência da falta, por parte do Estado, da elaboração de uma política eficaz no combate a esse tipo de infração penal. Defendem o recrudescimento dos instrumentos legais que inibem a ação desviante dos adolescentes, a diminuição da idade penal, bem como a severidade das aplicações das penas. Outra frente segue discutindo o Estatuto da Criança e do Adolescente, promulgado em 1990 e sua real aplicação por parte do Estado. Acusam o Estado de omissão em relação ao Estatuto e de não desenvolver políticas preventivas e de tratamento adequadas aos adolescentes infratores (Sierra, 2004).

Há um acúmulo de estudos e pesquisas brasileiros sobre jovens em conflito com a lei (Misse et alii, 1973; Araújo, 1984; Zaluar, 1990; Cardia, 1997; Mello Jorge, 1998; Waiselfisz, 1998; Adorno, 1999; CRISP, 2005). Apesar deste acúmulo, pouco ainda se sabe sobre a evolução das recentes mudanças na justiça juvenil no contexto do Estado de Direito (Adorno, Bordini e Lima, 1999), tanto no plano constitucional quanto institucional e menos ainda sobre seu impacto sobre os adolescentes infratores. Também carece de investigação a relação entre estas mudanças no plano normativo e o alcance

¹ Como definido no art.2 do ECA.

efetivo que vêm tendo as medidas adotadas pelo poder público em suas atribuições de conter o crime juvenil e oferecer aos jovens atendidos alternativas de ressocialização.

Diante deste cenário, o presente relatório procura contribuir não apenas para a compreensão da associação entre adolescência e criminalidade, mas também para a compreensão dos modos como esse fenômeno tem sido categorizado e tratado na rede que envolve a justiça juvenil e instituições associadas, sem deixar de lado análises de natureza comparativa, ao considerar como o fenômeno e sua apreensão pelos agentes responsáveis por sua contenção têm sido abordados em contextos distintos. Espera-se, portanto, realizar contribuições que se justificam nos planos acadêmico e social.

Juventude e Criminalidade

Diversas teorias competem na explicação da associação entre adolescência e crime. Para a teoria da desorganização social, cujo cerne do problema se encontra no nível das comunidades, os conflitos são produzidos em função da deterioração comunitária, envolta em mudanças constantes da população e por intensa mobilidade. Esses fatos somados levam a um processo de transição que culminaria nas atividades criminosas dos adolescentes (Freitas, 2002). Para a teoria da anomia, a delinquência derivaria da impossibilidade de atingir níveis de consumo que são socialmente estimulados. O hiato entre as aspirações, inchadas por uma sociedade consumista, e as realizações, limitadas pela desigualdade e pela pobreza, seria a principal explicação para o crime (Merton, 1968). Para as teorias subculturais e do aprendizado o crime não é resultante de uma estrutura sócio-cultural desorganizada, mas da divisão da sociedade em grupos distintos que têm e perseguem metas próprias, que são estabelecidas de forma independente da cultura dominante (Marinho, 2003).

Diferentemente das teorias que visualizam o crime como consequência de um sistema mal integrado, a teoria do controle social enfatiza o papel da família, da escola, da religião e de outras instituições na prevenção da delinquência juvenil. Em vez de propriedade intrínseca do ato ou atributos do agente, nas teorias da reação social (criminologia crítica, interacionismo simbólico, teoria dos rótulos), as relações desenvolvidas entre desviantes e as agências de controle moldam o fenômeno do crime. (Marinho, 2003). Essas teorias não se excluem mutuamente, pelo contrário, elas se interligam pela questão socioeconômica presente em todas elas.

O conhecimento dos universos empíricos (análise dos dados secundários das instituições de controle e dos dados primários através do acesso a equipe técnica dos programas e aos adolescentes em cumprimento das medidas sócio-educativas não restritivas de liberdade) alcançáveis pela metodologia proposta possibilitará uma abordagem sociológica onde a criminalidade só pode se dar em situações sociais específicas. A explicação sociológica destas manifestações se dará através do emprego de teorias causais do crime partindo de três pressupostos: relações causais entre situação econômico-social e criminalidade; entre processo de socialização e criminalidade; e grupos de referência e seus valores e criminalidade.

A Construção Social da Adolescência, Delinquência e da Justiça Juvenil.

A sociologia de Norbert Elias proporciona abordagem pertinente ao tema do controle social e estatal sobre a adolescência. O exercício feito no “Processo Civilizador” (Elias, 1990) pode ser por nós aplicado de modo análogo: da mesma forma que nos conceitos de Civilização e Cultura, há uma variação histórica na definição dos conceitos de adolescência, crime, justiça juvenil e direitos dos adolescentes, variação essa que pode ser relacionada à própria estrutura da sociedade. O interessante em relação a esse ponto é a possibilidade de percebermos os valores sociais subjacentes; em outras palavras, a intenção não é apenas examinar a violência em si, ou como problema social, mas também, estudar a relação flexível e largamente variável entre adolescência, criminalidade e controle estatal.

Aos olhos da sociologia processual², o controle exercido pelo Estado sobre a delinquência juvenil não é algo dado, que possa ser definido à revelia de mudanças sócio-históricas e das práticas dos atores sociais que executam as políticas públicas. A atribuição da responsabilidade pela conduta desviante depende de procedimentos e interpretações contextuais que possibilitam e justificam o controle do significado da ação. Os procedimentos dos atores do sistema de justiça obedecem a imperativos práticos diversos e freqüentemente contraditórios (punição – responsabilização – educação)

² Empregamos aqui a noção de processo no sentido definido por Elias, da transformação histórica de determinados padrões de inter-relação e interdependência. Busca-se recuperar a dimensão processual da justiça juvenil através da perspectiva histórica e comparativa. Partilhamos assim da crítica deste autor ao “refúgio no presente” que caracterizaria algumas análises, como se as situações investigadas pudessem ser pensadas de forma isolada no tempo. Ver Waizbort, 2001.

Condição necessária para estudar os conceitos de adolescência e crime, partindo da visão de Elias (2005), é aceitar a premissa de que seu significado é dinâmico, assim como a própria história; esta última permite a criação de novas formas de sobrevivência e novos modelos familiares, novas culturas, novas imagens e modelos de juventude. Adotar tal perspectiva implica em abandonar tanto as visões naturalizantes presentes no Direito, quanto a clássica oposição entre explicações micro e macro com seus conseqüentes reducionismos, em direção à compreensão da criminalização e punição da adolescência como um processo de construção sob condições histórico-culturais-sociais específicas.

Além disto, seu conceito de outsider (Elias, 2000) permite que sejam consideradas tanto as perspectivas fornecidas pelos grupos homogêneos quanto aquelas cunhadas pelo grupo marginalizado sobre si mesmo. Ocupar-se apenas do “outsider”, de seus problemas de adaptação, das conseqüências da exclusão para sua vida, como se ele não interagisse com os demais membros da sociedade, não evidenciaria os mecanismos geradores da exclusão. Do mesmo modo, ocupar-se apenas da sociedade, ou dos grupos, como se eles, devido a um espírito imanente de maldade, agissem intencionalmente para oprimir o outsider, também não traria a dimensão necessária para a compreensão das questões de estigmatização e exclusão. É precisamente esta relação de interdependência, sujeita a um processo de constante transformação, o ponto cardinal da Teoria da Figuração ou Configuração desenvolvida por Elias.

O enquadramento analítico adequado do fenômeno da justiça juvenil no país supõe, além da abordagem do contexto histórico que molda suas transformações (nível macro sociológico) e do contexto institucional, onde os operadores executam as leis (nível micro sociológico) a comparação entre diversas realidades para alcançarmos uma perspectiva generalizante. A interpretação da criminalização e do controle estatal da violência, através das configurações sociais, amplia a perspectiva da análise ao considerar distintos desenvolvimentos dos objetos envolvidos, e não apenas particularidades da constatação de um fenômeno.

Tal perspectiva teórica ajudará a compreender, no nível macro, o modo como as transformações sociais, políticas e culturais contemporâneas redefinem as funções da justiça juvenil e de seus agentes bem como suas reações (interpretação e execução) frente às demandas atuais. A ordem social é compreendida em dois planos: o plano constitucional (ou de decisões coletivas sobre regras) e o plano institucional (ação

efetiva das instituições públicas, que viabilizam o sistema de ordem coletiva tanto material quanto simbolicamente).

Autores como Philippe Ariès (1981), Alvim e Valladares (1988) e Priore (1991) também colocam que as representações sociais acerca da criança e do adolescente estão revestidas de historicidade e que as relações que se estabelecem entre estes com a sociedade, a justiça e as políticas públicas, por sua vez, também estão inseridos em determinado contexto econômico, político cultural e religioso, bem como delineiam de forma diversificada as percepções sobre a infância e a juventude, ao longo da história humana. Neste sentido, juventude não é simplesmente uma categoria etária ou biológica.

A associação entre adolescência e criminalidade, por sua vez, não é inquietação exclusivamente própria de sociedades com acentuadas desigualdades sociais e em que as políticas sociais governamentais, ainda que se esforcem por minimizá-las, não logram assegurar direitos sociais fundamentais para grandes parcelas da população urbana ou rural, cujo ônus recai preferencialmente sobre crianças e adolescentes, como sugerem vários estudos (Waiselfisz, 1998; Mendez, 1998; Adorno, 1999). Mesmo em sociedades caracterizadas por elevados indicadores de desenvolvimento humano, condições e qualidade de vida, a preocupação com o envolvimento de crianças e adolescentes com o mundo do crime não é recente e revela, não raro, traços não muito distantes do modo como o problema é percebido e focado na sociedade brasileira contemporânea (Harris, Welsh e Butler, 2000). Tanto nos Estados Unidos quanto em vários países europeus – especialmente, Inglaterra, França, Alemanha e Itália –, essas inquietações sociais têm sido constantes desde a segunda metade do século XIX, embora adquiram colorido mais dramático em determinadas conjunturas histórico-sociais (Bailleau e Cartuyvels, 2002; Doob e Tonry, 2004).

O século XX viu a emergência de uma justiça juvenil específica e autônoma da justiça penal dos adultos na Europa, nos Estados Unidos e no Brasil. Ela se desenvolveu segundo o ritmo e as modalidades dos países, oscilando de forma não linear entre modelos punitivos e protetivos, conhecendo episódios regressivos, associados aos sistemas políticos e ideológicos. Um dos aspectos centrais destas mudanças é a tentativa de reconciliar a tensão entre princípios e práticas punitivas e protetivas no controle do crime juvenil (Doob e Tonry, 2004). Oscilando entre objetivos de normalização,

assistência e punição, menos formalizada que a justiça dos adultos, ela se caracteriza por grande variação.

No Brasil, a partir dos anos 80 do século XX, a pressão dos movimentos sociais pelo reconhecimento dos direitos das crianças e dos adolescentes resultou na promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069) em 1990. Ao contrário das legislações anteriores, o ECA ao adotar as regras estabelecidas pela Convenção da ONU de 1989, destaca-se por contemplar, não mais apenas a questão da delinquência e da justiça juvenil, mas os direitos da criança e do adolescente em todas as esferas da vida social e por atribuir à família, à comunidade, à sociedade e ao poder público a responsabilidade pela efetivação destes direitos, materializando os anseios preteridos nas legislações passadas. Contudo, verifica-se que o ECA enfrenta dificuldade de se afirmar em uma época de aumento do sentimento de insegurança e frente as exigências de demandas repressivas patrocinadas por alguns segmentos da sociedade e pela mídia.

Esta tendência representa uma séria ameaça à aplicação e manutenção dos dispositivos do ECA, e revela que apesar dos avanços, a legislação para infância e juventude continua se defrontando com o paradoxo da proteção dos direitos da infância e juventude, especialmente pobres, frente à defesa da sociedade. Nesse sentido, justifica-se uma avaliação e melhor conhecimento da aplicação do ECA e execução das medidas sócio-educativas pela justiça juvenil (Rizzini, 2000).

Apesar da diversidade dos percursos e respostas da justiça juvenil, podemos identificar algumas tendências estruturais. Quanto ao fundo, há uma priorização da educação e da proteção dos adolescentes em situação de risco, buscando um equilíbrio do binômio educação-punição. No contexto securitário, o controle sobre a delinquência juvenil torna-se prioridade respondendo as pressões dos grupos sociais que se sentem ameaçados e satisfazendo as demandas de eficácia das intervenções da justiça. No plano formal, a evolução atual traduz-se pela passagem progressiva de uma intervenção piramidal (hierárquica) a uma lógica de ação descentralizada, constatando-se de forma geral uma horizontalização da justiça juvenil, com a emergência de novos atores. Isto pode ser traduzido em um esforço de desjudicialização das intervenções, favorecendo intervenções fora do judiciário. (Sposato, 2006).

A Sociologia do Sistema de Justiça Criminal no Brasil: Questões Gerais

Os estudos contemporâneos sobre o sistema de justiça criminal no Brasil têm, desde os anos 1980, sido marcados pela reflexão a respeito das rupturas e continuidades no contexto do processo de democratização do Estado e da sociedade, no que tange à organização, atribuições legais e práticas na administração dos conflitos conforme atestam as revisões bibliográficas sobre o tema (Adorno, 1993; Lima, Misse e Miranda, 2000; Zaluar, 2004). Tais estudos mostram que a transição democrática não pode ser desvinculada do impacto das mudanças do fenômeno da violência e das reações da sociedade brasileira frente a estas mudanças. Trata-se da constatação de que o retorno à democracia não significou o aumento do controle sobre a violência, o crime e a desordem.

Quanto à avaliação dos resultados e dos prognósticos para as reformas democratizantes do sistema de justiça, duas visões da realidade se distinguem entre os principais autores do campo: a que valoriza a ruptura e a mudança nas instituições diante de novas atribuições legais, da politização da atuação judicial, da reorientação das identidades corporativas, da emergência de práticas inovadoras, de transformações na cultura jurídica do país, de um lado; de outro, há a tendência que enfatiza os obstáculos à democratização e a incorporação na cultura jurídica de demandas e valores democratizantes, que analisa a persistência de valores e práticas hierarquizantes e excludentes, que relata o aprisionamento de inovações a padrões mentais persistentes (Lima, Misse e Miranda, 2000).

No entanto, o panorama construído por todas essas pesquisas concordam em afirmar que há fortes tensões e contradições entre os potenciais inovadores das experiências de reforma e a reprodução de culturas jurídicas hierarquizantes, na qual as hierarquias sociais (diferenças étnicas, de gênero e ocupação) são reproduzidas e reforçadas, as lógicas punitivas ou ainda racionalidade burocrática que prioriza a eficiência às custas da supressão das garantias processuais. Os estudos desde os anos de 1990 mostram a enorme dificuldade de reconhecer rupturas e mudanças estruturais introduzidas pela democratização política no sistema de justiça criminal.

O presente relatório terá que se situar nesse debate sobre os efeitos das mudanças do sistema de justiça juvenil, a partir dos resultados que serão produzidos

pela pesquisa. Irá reforçar ou refutar a hipótese de que às transformações da justiça juvenil, com sua horizontalização e inserção de novos atores tenha um impacto no controle e prevenção da delinquência juvenil, bem como verificar em que medida ela vem sendo capaz de superar práticas punitivas que vem tradicionalmente se dando fora do Estado de Direito no Brasil e contribuindo, de fato, para a consolidação da cidadania infanto-juvenil no país.

3. objetivos Gerais da Pesquisa

O objetivo da pesquisa é servir como subsídio para a crítica e aperfeiçoamento das medidas sócio-educativas em meio aberto executadas nos municípios do Estado de Minas Gerais, visando o respeito aos direitos humanos, como preconizados no ECA e o aumento da sua eficiência no tratamento e atendimento aos adolescentes atendidos. Assim, vários objetivos serão alcançados com a descrição e análise desses programas; o que inclui sua estrutura física, recursos, características dos jovens atendidos e da equipe de funcionários e a mensuração das condições e recursos materiais disponíveis.

3.1.Objetivos específicos da parte qualitativa

- a. Realizar mapeamento dos municípios de Minas Gerais onde são aplicadas medidas sócio-educativas em meio aberto;
- b. Realizar diagnóstico com base em entrevistas efetuadas junto aos adolescentes em conflito com a lei que cumprem medidas sócio-educativas de meio aberto (Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade), executadas tanto pelo poder público municipal, pelo poder judiciário (Vara da Infância e Juventude) quanto por organizações não-governamentais. O objetivo principal foi levantar a avaliação dos adolescentes sobre a qualidade do atendimento oferecido pelos programas;
- c. Realizar diagnóstico com base em entrevistas efetuadas com os operadores diretamente responsáveis pelo atendimento aos adolescentes em conflitos com a lei, aí incluídos representantes do poder público municipal (distintas secretarias municipais), do poder judiciário (Vara da Infância e Juventude) e das organizações não-governamentais. O objetivo principal do diagnóstico foi conhecer o procedimento no atendimento aos adolescentes em conflito com a lei nos programas sócio-educativos em meio aberto, a avaliação da equipe técnica sobre tal processo (alcances e limites), as condições de funcionamento; bem como a estrutura de atendimento dos programas.

4. Discussão Metodológica da Pesquisa (Geral)

O processo de pesquisa, na maior parte das vezes complexo e dinâmico, busca a investigação de fenômenos que exigem a combinação de referenciais teóricos e técnica de coleta de informação que dêem conta de apreender a questão colocada como objeto de investigação. A precariedade das informações disponíveis sobre as instituições e os programas que executam as medidas sócio-educativas em meio aberto (Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade) nos municípios selecionados em Minas Gerais determinou que o desenvolvimento da pesquisa fosse baseado principalmente no uso de dados primários. Nesse sentido, os dados processados e analisados são provenientes de realização de entrevistas e aplicação de questionários com os adolescentes em atendimento e as equipes dos programas.

Buscando-se uma compreensão mais abrangente e aprofundada acerca da aplicação das medidas sócio-educativas em meio aberto em Minas Gerais, a pesquisa compô-se dos seguintes momentos.

a) Primeiro Momento: mapeamento dos municípios e definição da amostra: este momento reuniu aquelas informações mais gerais que tratam dos arranjos institucionais e recursos aplicados pelos programas em cada município para a implementação da política de atendimento sócio-educativo em meio aberto ao adolescente em conflito com a lei, em maior ou menor consonância com o ECA. Nesse sentido, foram pesquisadas questões sobre a concepção da política, sua implementação; a organização dos programas no âmbito da proposta de descentralização (municipalização das medidas sócio-educativas, artigo 88, inciso I do ECA); a articulação do sistema quanto à aplicação das medidas não privativas de liberdade e a rede de parceiros - profissionalização, educação, saúde - (incompletude institucional, artigo 86, do ECA); e as características básicas das suas propostas pedagógicas.

b) O segundo momento refere-se à pesquisa de campo, em que reuniu análises quantitativas³ e qualitativas sobre a percepção dos adolescentes em cumprimento de medida de meio aberto e dos técnicos responsáveis por seu atendimento. Para realizar-se o diagnóstico da aplicação e gerência dessas medidas foram utilizadas estratégias

³ A metodologia do Survey realizado será melhor detalhada no relatório quantitativo.

quantitativas (survey organizacional, survey com técnicos e adolescentes em trinta e quatro municípios) e qualitativas (entrevistas com adolescentes e técnicos em doze municípios). A equipe do CRISP enviou questionários a todos os municípios selecionados em Minas Gerais e a todos os adolescentes atendidos por esses programas. Entretanto, do total de trinta e quatro municípios aos quais foi enviado o material, somente dezoito o devolveram respondido.

Segundo Babbie (1999, p. 253), *“uma taxa de resposta de pelo menos 50% é geralmente considerada adequada para análise e relatórios. Uma taxa de resposta de pelo menos 60% é considerada boa e uma taxa de pelo menos 70% é considerada muito boa”*. Logo, temos resposta considerada adequada para o tipo de pesquisa proposta.

Os questionários foram respondidos pelas equipes técnicas e adolescentes das seguintes cidades: **Curvelo, Araxá, Alfenas, Sete Lagoas, São Sebastião do Paraíso, Araguari, Lavras, João Monlevade, Paracatu, Contagem, Betim, Janaúba, Ipatinga, São João Del Rey, Esmeraldas, Campo Belo, Itaúna, Uberlândia..** Simultaneamente foram visitadas 12 cidades dentre as 18 mencionadas anteriormente para a coleta das informações qualitativas por meio de entrevistas semi-estruturadas. Essas cidades foram **Santa Luzia, João Monlevade, Itaúna, Betim, Mariana, Contagem, Sete Lagoas, Lavras, Nova Lima, Paracatu e Ipatinga e São João Del Rey.**

4.1. Mapeamento dos municípios e definição da amostra.

Processo de seleção dos municípios pesquisados

O processo de seleção dos municípios adotado pela pesquisa para realização do campo qualitativo (entrevistas com os técnicos e adolescentes dos programas de meio aberto) teve como critério um sistema de classificação dos municípios do Estado de Minas Gerais desenvolvido pela Subsecretaria de Atendimento às Medidas Sócio-educativas em Meio Aberto (SUASE). Esse sistema de classificação desenvolvido pela SUASE foi ponderado segundo a existência e a efetividade tanto das medidas sócio-educativas de meio aberto quanto das medidas sócio-educativas de meio fechado nos municípios do Estado.

A triagem dos municípios que compuseram o universo da pesquisa qualitativa foi realizada a partir dos contatos e solicitações de informações junto às Prefeituras, Varas Judiciais e nas entidades executoras das medidas sócio-educativas. O processo de apresentação da pesquisa e de solicitação de informações (via telefone, e-mail e ofícios) acabou gerando um processo de seleção dos municípios pautado em certos critérios, como: existência dos dois programas de meio aberto, a autorização para execução das entrevistas e o acesso aos entrevistados segundo a agenda e cronograma de atividades dos respectivos programas. Cabe ressaltar que esse processo foi bastante trabalhoso, por tratar-se de uma pesquisa exploratória, uma vez que praticamente não existiam informações a respeito dos programas que executam medidas de meio aberto no Estado de Minas Gerais.

Os municípios selecionados para a execução do campo qualitativo dentre o ranking definido pela SUASE foram destacados na tabela abaixo:

Ranking-Prioridade-SUASE		
Lista Pesquisa	Pontuação Total	Prioridade
Pedro Leopoldo	10	1
São João Del Rei	10	2
Contagem	9	3
Ipatinga	9	4
Ubá	9	5
Betim	8	7
Nova Lima	8	8
São Sebastião do Paraíso	8	13
Santa Luzia	7	15
Mariana	7	19
Janauba	7	20
João Monlevade	7	21
Teófilo Otoni	7	25
Lavras	7	26
Itaúna	6	37
Paracatu	6	48
Sete Lagoas	6	54
Viçosa	6	56
Cataguases	5	69
Coronel Fabriciano	5	71
Diamantina	5	72
Esmeraldas	5	74
Ituiutaba	5	79
Nova Serrana	5	95
Ouro Preto	5	97
Ponte Nova	5	101
Araguari	4	115
Araxá	4	116
Formiga	4	137
Januária	4	146
Manhuaçu	4	150
Curvelo	4	151
Pirapora	4	171
São Francisco	4	181
Timóteo	4	188
Três Corações	4	189
Três Pontas	4	190
Uberlândia	4	191
Vespasiano	4	193
Nova Lima	3	228
Pará de Minas	3	230
Campo Belo	2	248
Frutal	2	263
Divinópolis	1	289
Patrocínio	0	302

Processo de seleção dos municípios pesquisados, segundo a existência dos programas de meio aberto (Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade).

A falta de bases de dados com informações sobre as cidades do Estado que executam programas de meio aberto bem como sobre os adolescentes que cumprem tais medidas, implicou na coleta de dados primários em cada um dos 34 municípios selecionados no projeto, tanto nas prefeituras quanto nas comarcas, juizados e nas varas da infância e juventude.

A seleção dos municípios para execução do campo qualitativo seguiu três fases: (a) triagem das cidades que executavam as medidas de meio aberto; definidas as cidades, procedeu-se ao levantamento dos dados secundários de cadastramento dos programas (b) triagem das cidades que executavam tanto a medida sócio-educativa liberdade assistida quanto prestação de serviço à comunidade; definidas as cidades, procedeu-se ao levantamento dos dados secundários de cadastramento dos programas (c) seleção dos programas que executavam a medida sócio-educativa de meio aberto liberdade assistida, (d) seleção dos programas que executavam a medida sócio-educativa de meio aberto prestação de serviço à comunidade.

4.2. Coleta de dados quantitativos e qualitativos

Após o mapeamento dos municípios que aplicam as medidas de PSC e LA, foram realizadas as seguintes etapas de coleta de dados quantitativos e qualitativos que compõem a pesquisa:

Etapas 1: Survey organizacional com os programas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade.

Etapas 2: Survey com os adolescentes em atendimento no programa de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade nas trinta e quatro cidades que compõem o universo da pesquisa.

Etapas 3: Entrevistas semi-estruturadas com os adolescentes em atendimento no programa de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade em 7 cidades que fizeram parte da amostra qualitativa da pesquisa.

Etapas 4: Entrevistas semi-estruturadas com a equipe técnica responsável pelo programa Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade em 12 cidades que fizeram parte da amostra qualitativa da pesquisa.

O total de questionários e entrevistas realizados para esta pesquisa, por medida sócio-educativa foi:

1. Aplicação de questionário organizacional em 12 programas de Liberdade Assistida;
2. Aplicação de questionário organizacional em 8 programas de Prestação de Serviço à Comunidade;
3. Aplicação de questionário a 200 adolescentes em cumprimento de medida sócio-educativa de Liberdade Assistida;
4. Aplicação de questionário a 120 adolescentes em cumprimento de medida sócio-educativa de Prestação de Serviço à Comunidade;

5. Entrevistas com 11 adolescentes em cumprimento de medida sócio-educativa de Liberdade Assistida;

6. Entrevistas com 8 adolescentes em cumprimento de medida sócio-educativa de Prestação de Serviço à Comunidade;

7. Entrevistas com 14 técnicos do programa de Liberdade Assistida;

8. Entrevistas com 9 técnicos do programa de prestação de serviço à comunidade.

4.3. Percurso metodológico da pesquisa qualitativa

O presente relatório contém as análises qualitativas da pesquisa “**Mapeamento Estadual da Qualidade e Efetividade das Medidas Sócio-educativas em Meio Aberto em Minas Gerais**”, que contemplou doze⁴ das trinta e quatro cidades que compuseram o universo dos municípios pesquisados. Foram coletadas informações junto aos profissionais que atuam nos programas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade, bem como os adolescentes que cumpriam alguma destas medidas nos municípios em questão.

A técnica utilizada para colher informações foi a de entrevista semi-estruturada. Segundo Weiss (1994), a utilização de entrevistas qualitativas é indicada quando se pretende: obter descrições detalhadas de algum processo, integrar perspectivas múltiplas, desenvolver descrição holística, compreender como alguns eventos são interpretados, identificar variáveis e estruturar hipóteses para estudos quantitativos. Como no caso dessa pesquisa busca-se compreender a visão dos atores sobre tal empreendimento, considerou-se a obtenção das informações sobre a perspectiva de adolescentes e profissionais acerca das medidas em meio-aberto por meio de entrevistas bastante satisfatória.

As entrevistas realizadas com os técnicos responsáveis pelos programas LA e PSC e com os adolescentes em cumprimento dessas medidas visaram a identificar seus pontos positivos e negativos, destinando-se a uma avaliação dos programas que executam essas medidas (Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade). Os entrevistados foram abordados sobre diversos elementos e processos que compõem a dinâmica dos programas, definidos em um roteiro de entrevista semi-estruturada.

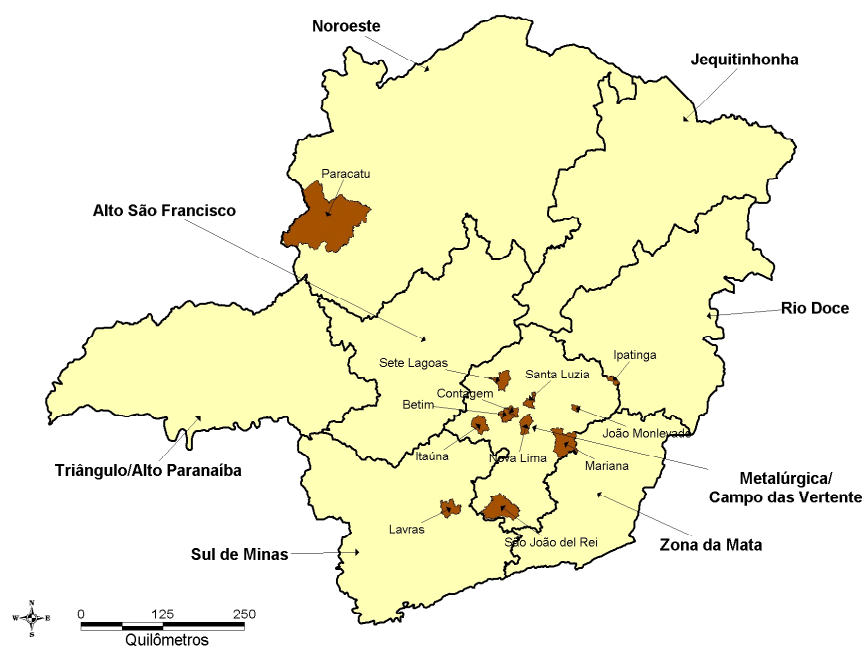
Com referência ao número de adolescentes e técnicos entrevistados, segundo a estratégia metodológica adotada, a expectativa, inicialmente, era a de entrevistar 20 adolescentes e 20 técnicos que seriam selecionados em 10 cidades tendo em vista as informações estatísticas do número total de adolescentes que cumpriam medidas sócio-educativas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade nos municípios selecionados. Definiu-se por entrevistar um técnico e um adolescente de cada programa em cada uma das 10 cidades determinadas, entendendo-se que esse número de entrevistas alcançaria o critério de saturação exigido pelas técnicas qualitativas. Entretanto, fizeram parte da pesquisa qualitativa 12 cidades em vez de 10. Em algumas

(5), não foram entrevistados adolescentes, seja porque o período em que o campo foi realizado dificultou a marcação das entrevistas, seja porque não havia adolescentes em cumprimento de medida sócio-educativa no momento da pesquisa. Em relação aos profissionais dos programas, todas as cidades foram contempladas.

A seleção de adolescentes e técnicos foi pautada por critérios de acesso aos entrevistados dentro do prazo para execução do campo qualitativo (ao longo dos meses de novembro e dezembro de 2008). Foram adotados como critérios a autorização dos coordenadores dos programas para a realização das entrevistas, o interesse e compromisso tanto das equipes quanto dos adolescentes dos programas em participar do campo qualitativo, a disponibilidade do agendamento das entrevistas com os programas dentro do prazo fixado pra execução do campo.

Ao final do campo qualitativo conseguiu-se atingir uma representatividade maior do que a planejada. Foram realizadas, 42 entrevistas em 12 municípios, sendo que foram entrevistados 19 adolescentes e 23 técnicos.

Conjunto dos municípios (12) nos quais foram realizadas visitas e coleta de informações qualitativas com técnicos dos programas de meio aberto e com adolescentes em cumprimento de medida sócio-educativa.



Fonte: Mapeamento das Medidas Sócio-Educativas em Minas Gerais – CRISP, 2009.

Quanto ao não comparecimento dos entrevistados nos encontros agendados nos municípios selecionados, ocorreram apenas algumas desistências entre os adolescentes, as quais foram remarcadas ou substituídas. Em outras pesquisas realizadas com adolescentes em cumprimento de medidas em meio aberto, observamos um índice de comparecimento similar⁵.

O número de desistências e substituições foi considerado aceitável e previsto na operacionalização do campo qualitativo e pode ser compreendido por dois ângulos distintos.

⁵ A pesquisa “Avaliação do programa Liberdade Assistida” foi realizada através de convênio entre o CRISP / UFMG e à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. A pesquisa foi financiada pelo Ministério da Justiça através da Secretaria Especial de Direitos Humanos e foi realizada entre outubro de 2004 e março de 2005, os relatórios estão disponíveis no site: www.crisp.ufmg.br.

O primeiro revela o grau de comprometimento e de vinculação estabelecido entre os jovens em relação aos programas. Como os adolescentes não foram convocados obrigatoriamente a participar das entrevistas, sua ausência não poderia ser confundida com descumprimento de qualquer obrigação com esse, mas ao mesmo tempo o comparecimento da maioria dos convocados demonstrou um grande interesse em colaborar e em discutir o programa e o atendimento recebido.

O segundo modo de compreender a ausência nos leva a considerar fatores que interagem e dificultam o comparecimento. Neste sentido poderíamos mencionar: dificuldades financeiras para a locomoção, horário coincidente com a jornada de trabalho ou com a escola do adolescente e, finalmente desinteresse em discutir o atendimento recebido.

Para o gerenciamento das informações colhidas nas entrevistas foi utilizado o software Non Numerical Unstructured Data by processes of Indexing Searching and Theory-building (NUD*IST), versão 4.

A estrutura do relatório está dividida da seguinte forma:

1ª parte- Análise das Entrevistas com os Adolescentes

Perfil dos adolescentes

- Relação com a família
- Perspectiva de futuro
- Relação com a escola
- Relação com pares

Ato infracional e medida sócio-educativa

- Tipo de crime cometido
- Motivo para o cometimento do crime
- Atendimento/relacionamento com os técnicos
- Relação com trabalho, curso e estágio.
- Avaliação das atividades
- Impacto na vida dos adolescentes
- Sugestões de melhoria
- Experiência com outros órgãos do sistema de justiça

2ª parte- Análise das Entrevistas com os Técnicos

- Atendimento
- Recursos
- Coordenação
- Contato com órgãos
- Relação com juizado e promotoria
- Fator que dificulta o trabalho
- Fator que facilita o trabalho
- Opinião dos técnicos sobre a participação dos jovens no programa
- Motivos que levam adolescentes a cometer atos infracionais na opinião do técnico

O último capítulo do relatório contém as recomendações direcionadas aos gestores de tais medidas sócio-educativas a partir das análises das entrevistas de profissionais vinculados aos programas e a seu público-alvo, os adolescentes.

As regularidades encontradas dizem respeito ao conjunto de adolescentes e técnicos entrevistados, sendo possível aferir que tais resultados obtidos possuem um caráter razoavelmente geral e abrangente no tocante ao grupo de jovens atendidos em Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade nas 12 cidades selecionadas, pois a representatividade da pesquisa foi alcançada tanto quantitativamente (número de entrevistas e de cidades) quanto substantivamente (à maioria dos jovens e técnicos convidados participaram das entrevistas e seu comparecimento foi voluntário).

Como última observação, cabe ressaltar que informações mais detalhadas da parte quantitativa da pesquisa serão explicitadas no relatório sobre o survey organizacional e do survey com os adolescentes.

5- Análise das entrevistas com adolescentes dos programas Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade

Esta seção tem como objetivo apresentar os resultados da análise qualitativa realizada sobre o sistema de atendimento aos adolescentes em conflito com a lei em cumprimento de medidas sócio-educativas em meio aberto (Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade). Busca traçar o perfil dos jovens entrevistados, sua relação com a medida sócio-educativa cumprida e o ato infracional praticado. As informações abrangem infância, relacionamento com familiares, relacionamento com pares, relação com escola e trabalho, motivos para a prática do ato infracional, opinião e sugestões sobre a medida sócio-educativa. Essas são importantes uma vez que revelam quem é o público acolhido por tais medidas e permitem ajustamento dessas para sua melhor aplicação e efetividade.

As teorias utilizadas para nortear a análise da abordagem qualitativa (Controle Social – HIRSCHI 1969- e Associação Diferencial – SUTHERLAND 1938) consideram importante levar em conta as pessoas com as quais os adolescentes se relacionam, os laços afetivos estabelecidos (attach to the others), o compromisso com atividades convencionais (commitment) e crenças em valores convencionais (beliefs) para compreensão do fenômeno delitivo. Por esse motivo, a abordagem realizada nas entrevistas com os adolescentes enfatizou tanto as relações afetivas, o envolvimento em atividades convencionais e perspectivas de futuro. Além disso, a escolha por tais teorias se deve também ao entendimento de que muitas das iniciativas dos programas LA e PSC estão em consonância com muitos de seus pressupostos como estimular atividades convencionais (escola, trabalho, cursos), o resgate ou fortalecimento dos laços com familiares, afastamento de pessoas que praticam atos desviantes e auxílio na construção de uma perspectiva de futuro desvinculada de atos infracionais.

5.1. Perfil dos Adolescentes

5.1.1. Relação com a família

Em relação à infância, todos os adolescentes entrevistados se reportaram de maneira positiva a essa fase da vida. Aparentemente, tiveram uma infância saudável, em que brincavam e freqüentavam a escola. Não houve relatos de trabalho infantil por parte de nenhum dos jovens entrevistados.

A presença de lares chefiados por mulheres ou cuja formação foge ao modelo tradicional “pai, mãe e irmãos”, com lares compostos por membros “periféricos” tais como cunhados, tios, avós e sobrinhos é recorrente.

É geralmente com as mães que os adolescentes mantêm relação mais estreita, com quem têm maior liberdade de expressão, sendo a figura paterna citada de maneira menos freqüente e mais superficial. Em alguns casos, a distância do genitor se dá devido à separação da mãe, que acaba por criar, sozinha, os filhos.

Segundo Frota (1995), o achatamento dos salários decorrente do processo de urbanização e industrialização ocorrido no Brasil na segunda metade do séc. XX fez com que muitas crianças e adolescentes fossem “empurrados” para o trabalho com o objetivo de incrementar a renda familiar. Isso se deu em grande medida em famílias chefiadas por mulheres, uma vez que seu salário, na década de 90, correspondia a cerca de um terço daquele recebido por homens.

Em centros urbanos, frequentemente, mas não necessariamente, observa-se além da inserção precoce de jovens no mundo do trabalho, sua inserção no mundo da rua, local onde se dão as atividades remuneradas que exercem, na maior parte dos casos. Além disso, estudos apontam seu precário acesso a serviços tais como saúde e escola. Esses fatores são comumente associados ao ingresso do público infanto-juvenil no mundo do crime. (Frota, 1995)

Entretanto, nota-se entre os adolescentes entrevistados que, apesar de a estrutura familiar de alguns não apresentar formação tradicional, esse aspecto não foi citado nem percebido como um problema que pudesse influenciar em sua atitude, uma vez que o monitoramento dos responsáveis sejam eles mães, pais, avós ou tios, sempre esteve presente em suas vidas. As companhias, horários, freqüência à escola são motivos de

preocupação por parte dos responsáveis, além do incentivo a que os jovens continuem os estudos ou cursos de maneira que possam ter um futuro melhor. Interessante notar que, em um dos relatos, o adolescente afirmou que se sentiria triste e desamparado caso os pais não se importassem com suas atividades, rotina, pois consideraria que os mesmos não estariam lhe “dando moral”.

A presença e o apoio da família são muito importantes para os adolescentes em seu processo de rompimento com os atos infracionais. Em pesquisa realizada por Torisu (2008), com adolescentes egressos do programa Liberdade Assistida reincidentes e não-reincidentes em Belo Horizonte, entre aqueles que não reincidiram em atos infracionais após passar pelo programa, houve uma forte reaproximação da família e afastamento de antigas amizades.

Entrevistador: você confia mais em algum amigo especial ou em sua família?

Entrevistado: Mais na minha família.

Entrevistador: Por quê?

Entrevistado: Ah, porque minha família quer meu bem. Agora os amigos, a gente fala amigo assim, mas não sabe de verdade. Se é verdadeiro amigo na hora que você não está, o que ele pode fazer pelas suas costas, né?! (Adolescente, Interior)

Os laços afetivos mantidos com pessoas não delinquentes, de acordo com a Teoria do Controle de Hirsch (1969), são fatores protetivos contra a prática de ações desviantes. Essas relações tendem a se tornar importantes pontos de referência para a conduta do adolescente, uma vez que a opinião de tais grupos ou pessoas torna-se relevante. Como exemplo, observa-se consciência dos entrevistados sobre o impacto que o ato infracional cometido teve sobre os responsáveis sendo que o cometimento de novo delito foi apontado como um fator que causaria desapontamento na família. O envolvimento com drogas e más companhias são outros aspectos os quais os adolescentes acreditam decepcionaria seus responsáveis. Pensar na família e nas atitudes que possam lhes trazer desgosto faz com que alguns reflitam sobre suas ações futuras, evitando práticas desviantes.

Além do controle familiar virtualmente exercido sobre o adolescente temos o controle informal feito por outras pessoas, sejam elas conhecidas ou não. Entretanto, na maior parte dos casos, a única opinião que lhes interessa mesmo é a da própria família. Nos raros casos em que os entrevistados disseram se importar com a opinião de outrem,

os olhares “com cara feia” de outras pessoas os agrediam psicologicamente, causando-lhes, às vezes, um sentimento violento de revolta e de tristeza.

Entrevistador: você se preocupa com o que as pessoas pensam sobre você?

Entrevistado: preocupo. Antes o pessoal me via assim, sabe e me olhava com cara feia. Tipo assim, sei lá sabe. Parecia que o nosso incomodava eles. Agora, hoje em dia não, me cumprimenta, me trata muito bem sabe.

Entrevistador: como você se sentia quando as pessoas olhavam pra você de uma forma.... ?

Entrevistado: eu ficava com ódio também da pessoa, queria dá tiro nela. Mas assim não é a cara feia, deve ser alguma coisa que eu não sei explicar.

Entrevistador: e hoje em dia (fala muito baixo)... Como você se sente por acaso, quando você vê alguém te olhando meio torto? Como é que você reage?

Entrevistado: assim, eu peço a Deus por ela sabe. Pra Deus quebrar o rancor que ela tiver de mim, quebrantar. Porque se eu fiz alguma coisa, eu peço até desculpa né porque eu tava errado. Mas eu fico triste quando a pessoa me olha assim, sabe? (Adolescente RMBH)

5.1.2. Perspectiva de Futuro

Em relação à percepção e planos para o futuro, a maior parte dos jovens limita-se a afirmar que gostaria de ter um futuro melhor, sem, no entanto, estruturarem de maneira consistente o que isso representaria. Muitos chamam de futuro melhor o fato de estarem trabalhando “fichado” e constituírem uma família estruturada, casados e com filhos. Alguns almejam voltar a estudar e cursar uma faculdade, mas essas afirmações são, em geral, feitas de maneira bastante desarticulada entre os fins almejados (formação) e meios ou estratégias para atingí-los, destacando, contudo, que deve haver esforço e trabalho de sua parte.

Entrevistador: Como você acha que vai ser o seu futuro daqui a dez anos?

Adolescente: Sei não.

Entrevistador: O que você tem vontade de fazer? Trabalhar mexer... o que você gostaria de fazer?

Adolescente: Trabalhar.

Entrevistador: Em quê?

Adolescente: Qualquer lugar. RPM.

Entrevistador: RPM é uma loja?

Adolescente: Negócio de ouro que tem ali. (Adolescente Interior)

Entrevistador: Como você acha que vai ser o seu futuro daqui uns 10 anos?

Adolescente: Se Deus quiser bom, né.

Entrevistador: Bom como?

Adolescente: Trabalhando, sustentando meu filho. Arrumar um serviço fichado. Eu não penso em continuar a vida que eu to levando, aquilo lá é mais um biquinho mesmo, assim que acabar a obra e tal. Mas ano que vem eu penso em tentar um serviço fichado, numa empresa. Que aqui tá pegando muito agora. E sustentar meu filho e levando, né. (Adolescente RMBH)

O apoio da família mostra-se, mais uma vez, importante no processo de construção de uma perspectiva positiva de vida, sendo essa o ponto de apoio mais seguro quando o jovem resolve romper com a prática de atos infracionais. Esse apoio se dá seja pela conscientização do adolescente acerca de sua condição, quando passa a levar em consideração os conselhos dados pelos familiares (não se envolverem em atos infracionais, estudar, etc.), seja por meio do oferecimento de recursos materiais de maneira que o adolescente possa iniciar uma vida nova (como, por exemplo, o jovem que pôde construir um barracão sobre a casa dos pais para viver com a namorada grávida).

5.1.3. Relação com Escola

Grande parte dos adolescentes atendidos pelos programas sócio-educativos parece não ter o estudo enquanto um valor arraigado ou como prioridade. Muitos estão fora do sistema formal de ensino e outros, mesmo estudando, estão extremamente atrasados em relação à média dos jovens de sua faixa etária, possuindo frequência irregular na escola. Isso pode ter correlação com a falta de preparo ou até mesmo preconceito de algumas instituições educacionais em relação ao acolhimento de adolescentes em conflito com a lei, fazendo, por vezes, “movimento contrário” à reinserção dos jovens nesse sistema. Além disso, as instituições de ensino muitas vezes apresentam problemas estruturais como vagas, localização e mudanças constantes de direção, dificultando o acolhimento de adolescentes em cumprimento de medida sócio-educativa e, até mesmo, sua permanência nas instituições. Esse aspecto também foi apontado por técnicos do programa Liberdade Assistida de Belo Horizonte como uma grande dificuldade na condução do programa⁶.

“O adolescente chega na escola, às vezes a gente consegue vaga e teve contato com a escola, aí de repente, eles descobrem que ele é do LA. Aí começa todo o processo de trabalho que vai contra, que não possibilita a permanência dele em sua sala de aula, então todo ato dele eles fazem manejo para ele se retirar da sala de aula e chega, às vezes, que nem adianta para a gente estar insistindo para que a escola fique com ele porque nem vai valer a pena” (Técnica do programa LA de Belo Horizonte)

A vinculação com a instituição escolar atua como fator protetivo contra o fenômeno delitivo, bem como a vinculação com outras atividades tradicionais, tal como a prática de uma religião. Há muitos casos em que a filiação a uma instituição religiosa, seja ela qual for, auxilia para que o adolescente rompa com o cometimento de atos infracionais, oferecendo-lhe novos valores e opções de conduta diante da vida.

Entrevistador: Você está firme, você acha que você tem que seguir alguma regra? O que você acha que você precisa fazer pra conseguir isso?

Entrevistado: assim eu acho que eu tenho que seguir o caminho certo, o caminho da verdade. Se a gente seguir o outro caminho a gente não consegue o que a gente quer. Por que eu acho que a gente tem que seguir o caminho da verdade e não seguir o caminho do mal.

Entrevistador: E o que você acha que é o caminho certo?

Entrevistado: Assim o caminho certo é a gente ver uma pessoa e ela falar assim: ah vamos em tal lugar. Igual tipo a igreja esse é o caminho certo.

⁶ Pesquisa “Avaliação do Programa Liberdade Assistida”, CRISP- 2005

Agora se falar assim: ah vamos ali pra gente fumar uma droga, esses trem assim e beber. Aí a gente vai e fala: não esse trem eu tô fora. Igual de vez em quando aparece uns amigos meu e falam assim: vamos pra igreja. Aí eu vou que eu participo muito da igreja universal. (Adolescente Interior)

O desenvolvimento de crenças em valores tradicionais e comprometimento com práticas também tradicionais, como é o caso da vinculação a uma religião ou à escola são dois dos quatro elementos considerados importantes para a não associação de indivíduos a atos infracionais, de acordo com a Teoria do Controle Social (Hirschi, 1969), além do estabelecimento de laços afetivos com pessoas não delinquentes visto anteriormente. Os comentários de adolescentes entrevistados que se vincularam a uma prática religiosa vão ao encontro das afirmações feitas por tal teoria.

5.1.4.Relação com Pares

Muito se fala sobre a influência que os pares exercem para a adesão ou não do indivíduo em atividades ilegais. A idéia é que o jovem não nasce criminoso ou assim se torna “da noite para o dia”. Sua entrada no mundo do crime é um processo que se deve a fatores diversos, dentre eles, o envolvimento com outros jovens que já estão neste mundo e que podem seduzi-lo a participar de atividades criminosas. Destaca-se que a maior parte dos jovens entrevistados tem como grupo de amigos outros adolescentes que moram em seus respectivos bairros, e em segundo lugar estão os colegas da escola. Talvez isso se deva ao fato de grande parte deles não estar estudando ou, quando estão, não gostam da instituição. Desta forma, é possível supor que tendo pouco contato com o local de ensino, a rede de amizades dos adolescentes seja de pessoas próximas à sua casa. Os programas preferidos de grande parte deles são sair para festas, boates, shows e shoppings.

Embora nem todos os entrevistados tenham afirmado consumir drogas, o uso de produtos tanto legais (cigarros e álcool), quanto ilegais (maconha, cocaína) é algo apontado por alguns como atividade comum entre os amigos; mesmo entre aqueles que disseram nunca ter usado esse tipo de substância. A maioria percebe seus amigos como pessoas engraçadas e bagunceiras (que, para eles, significa alegres, brincalhões e muito comunicativos). Nenhum caracterizou os amigos como estudiosos. Embora não seja possível relacionar amigos extrovertidos a atitudes delinqüentes, é importante destacar também que alguns destes amigos já cumpriram ou estão cumprindo medida sócio-educativa em Meio Aberto. As companhias dos adolescentes, de maneira geral, são conhecidas dos pais e, quando consideradas “más influências”, a eles é solicitado que se afastem dessas.

Entrevistador: E eles conhecem seus amigos?

Entrevistado: Alguns.

Entrevistador: E o que eles pensam deles?

Entrevistado: Ah alguns não gosta não, com sinceridade eles pedem pra não andar com eles não. Mas alguns outros já tem mais amizade, é mais chegado e não tem problema. Adolescente, Interior

5.2. Ato Infracional e Medida Sócio-educativa

5.2.1. Tipo de crime

Em relação ao **tipo de crime** cometido pelos adolescentes entrevistados, as respostas foram bastante variadas. Aqueles que moram na região metropolitana se envolveram preponderantemente em crimes violentos (roubo, roubo à mão armada e tentativa de homicídio) sendo que no interior, além desses, também se verificou a aplicação de medidas sócio-educativas a adolescentes autores de atos de vandalismo (quebra de bancos da escola) e brigas. Pode-se perceber com isso, que o público encaminhado aos programas Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade, no interior, também se compõe por adolescentes que tenham cometido atos infracionais “leves”, em comparação àqueles da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). Talvez isso se deva ao fato de, na RMBH, o contingente de adolescentes em conflito com a lei ser maior do que nas cidades do interior, fazendo com que para os delitos menos graves sejam aplicadas outras medidas, tal como advertência, por exemplo.

5.2.2. Motivos para cometimento de ato infracional

Quanto aos **motivos apresentados pelos adolescentes para o cometimento do ato infracional**, a maior parte relaciona-o a um meio para auferir recursos para consumo próprio, como freqüentar festas, comprar roupas, etc. No interior, além dessa justificativa, foi comum a de que o ato infracional foi cometido como maneira de “descarregar” a raiva. Esses achados foram divergentes ao que técnicos dos programas acreditam ser o motivo para que adolescentes cometam atos infracionais. Os profissionais acreditam que tais práticas, na maior parte das vezes, guardam correlação com o consumo de drogas, mas esse nem sempre é apontado como o motivo para se cometer delitos. Algumas vezes, a droga torna-se um meio para consecução de outros bens:

Entrevistador: Por que você chegou a vender drogas?

Adolescente: Querer arrumar dinheiro fácil, sem trabalhar.

Entrevistador: E dava dinheiro?

Adolescente: Dava, mas não compensava não. O que dava gastava tudo no mesmo dia, mesma noite. Vinha fácil e ia fácil, não pensava duas vezes antes de gastar. Queria só sair. (Adolescente Interior)

Entrevistador: O que levou você a roubar a bicicleta?

Adolescente: Nós íamos montar uma pra nós. (Adolescente Interior)

Em Betim e Contagem, os adolescentes entrevistados tenderam a se esquivar da responsabilidade sobre o episódio, afirmando terem sido “pegos de surpresa” durante um assalto.

Entrevistador: O que aconteceu que você foi?

Adolescente: Não, resolveu todo mundo sair, só que eu não sabia que ele ia...depois que eu fui ver, naquele susto eu vi que ele já tinha roubado [...] ele falou comigo assim “nós vamos ali sair, vamos?” aí ele falou que era pra ver se vinha alguma viatura. Eu falei “pra quê?” e fiquei olhando pra ele. Aí quando olhei pra trás já vi ele correndo e as meninas no ponto. (Adolescente RMBH)

A maior parte dos adolescentes que cumpre medida em meio aberto é primária e o tempo de participação dos entrevistados variou de um a cinco meses. Contudo, alguns poucos adolescentes já tiveram experiência em centros de internação, sendo que a medida em meio aberto foi consequência de progressão. Os jovens ressaltam as

vantagens de poderem cumprir medida em liberdade, afirmando que centros de internação “não são lugares para ninguém”.

Entrevistador: E assim, você que já foi atendido pelos dois, qual a sua opinião sobre a medida de meio fechado? Qual a opinião que você tem hoje sobre esse que você está fazendo, sobre o LA?

Adolescente: Ah, esse aqui é melhor.

Entrevistador: Por que você acha que esse aqui é melhor?

Adolescente: Ah, por que aqui a gente está livre, solto né? Não fica apanhando de graça, por que lá apanhava. (Adolescente Interior)

5.2.3. Atendimento/ Relação com os técnicos

O **atendimento dos técnicos e o relacionamento** desses com os jovens constituem o pilar das medidas sócio-educativas em meio aberto e foram avaliados positivamente por quase todos os entrevistados, tanto na RMBH como nas outras cidades. Apenas um dos adolescentes entrevistados avaliou negativamente o relacionamento que mantinha com o profissional que lhe atendia. O aspecto negativo se relaciona aos conselhos do técnico para que o jovem evite a companhia de outros que fazem uso de droga, o que não foi bem recebido por ele.

Entrevistado: Como é o seu relacionamento com a psicóloga que te acompanha?

Adolescente: Bom, é legal.

Entrevistador: Sobre o que vocês conversam? Ela te dá conselhos?

Adolescente: Sobre a família, como eu to indo em casa, como eu vou no serviço lá. (Adolescente Interior)

A abordagem do pessoal dos programas gira em torno do relacionamento familiar, trajetória escolar, amizades, trabalho e aspectos que têm a ver com o ato infracional cometido pelos adolescentes. Os conselhos daqueles vão sempre ao encontro do desenvolvimento ou manutenção de bom relacionamento familiar, comprometimento com os estudos, além de aconselharem os adolescentes a se afastarem de companhias que possam incentivá-los ao uso de drogas e cometimento de delitos.

Entrevistador: Qual o tipo de orientação os técnicos te dão aqui?

Adolescente: Orientação que eles me dá é de não aprontar, ir na escola, seguir direito, não faltar de aula, não matar aula, dá muitas orientações. (Entrevista adolescente Betim)

Entrevistador: Que tipo de conselho o psicólogo te dá?

Adolescente: Tipo pra mim não ficar andando com pessoas que eu não conheço, essas coisas assim de pessoas. (Adolescente Interior)

5.2.4. Trabalho/ curso

No programa Liberdade Assistida, **em relação a trabalho, curso ou estágio** percebe-se que há, ainda, carência na oferta dessas atividades, tanto em Betim e Contagem quanto nas outras cidades onde tal medida se aplica. Poucos adolescentes haviam feito algum curso conseguido por meio do programa. Outros cumpriam simultaneamente as duas medidas em meio-aberto (PSC e LA) sendo que a atividade que realizavam era referente à prestação de serviço comunitário. Além disso, grande parte dos adolescentes que exerce alguma atividade remunerada conseguiu por conta própria.

Entrevistador: Você faz algum tipo de trabalho, alguma coisa?

Adolescente: Eu faço assim, eu tenho um tio lá que trabalha de confeitiro e eu ajudo ele. Ajudo ele muito, trabalho com ele [...] quando ele tá com serviço, quando chega serviço pra ele, aí ele pega e me chama. (Adolescente RMBH)

Entrevistador: O seu trabalho de pedreiro você conseguiu através do programa?

Adolescente: Não, por conta própria. (Adolescente Interior)

Apesar de restritas, as atividades oferecidas pelos programas foram bem avaliadas. No Liberdade Assistida, essas se restringem, na maior parte das vezes, ao atendimento prestado pelos técnicos do programa aos adolescentes e seus familiares. Os serviços prestados à comunidade também foram positivamente avaliados pela maior parte daqueles que os executam, entendidos como uma maneira de não permanecerem na rua “fazendo coisa errada” além de ser uma alternativa preferível à internação.

Entrevistador: Você gosta desse serviço?

Adolescente: Eu gosto por que é muito melhor do que agente ficar à toa, por que além da gente está trabalhando agente tem a liberdade da gente do que ficar lá em cima preso sem poder fazer nada. (Adolescente Interior)

Ressalta-se que alguns entrevistados criticaram os serviços comunitários que prestavam por serem esses por vezes pesados, sujos, prescindindo do caráter educativo que deveriam ter.

Entrevistador: O que você acha que poderia melhorar no programa?

Adolescente: Deixar a gente descansar um pouco, não ficar “tacando na gente serviço porco”, igual, quando eu entrei até limpar “bosta” a gente estava limpando.

Entrevistador: E o que você colocaria para melhorar?

Adolescente: Se eles deixassem só no serviço de varrer, capinar, era bom, mas isso não era serviço para a gente não... a “bosta” passou do lado da minha cabeça, no cano.

Entrevistador: De gente?

Adolescente: De gente. (Adolescente, interior)

5.2.5. Impacto do programa na vida do adolescente

Em relação ao **impacto causado na vida dos adolescentes** entrevistados devido à participação nos programas sócio-educativos em meio aberto, observa-se que foram positivos, de acordo com a avaliação dos jovens. Esse impacto se faz sentir, principalmente, na melhora da performance escolar e do relacionamento familiar dos sócio-educandos. Mesmo que boa parte dos entrevistados não estivesse inserida no sistema formal de ensino, as orientações dos técnicos dos programas os incentivam para sua retomada.

Entrevistador: Em que você acha que o programa te ajudou mais?

Adolescente: Ajudou muito na parte da minha escola...e agora, também, meu pai conversa mais comigo, minha mãe, eles conversam mais. (Adolescente, RMBH)

Entrevistador: O que você acha das atividades que o programa oferecia pra você?

Adolescente: Eu achei ótimo as atividades pra mim, assim, coisas que a sociedade ultimamente não está tendo pra oferecer.

Entrevistador: O que, por exemplo?

Adolescente: Psicólogo, tipo assim, um posto de saúde que não tem e eu acho que é diferente daqui.

Entrevistador: Você gostava de conversar com a psicóloga?

Adolescente: Eu gostava, ela escutava as coisas loucas que eu falava. (Adolescente, interior)

Além disso, ainda que os adolescentes não tenham atribuído diretamente às conversas com os técnicos ou outra atividade do programa o auxílio à reestruturação de suas perspectivas de futuro percebe-se que essas vão ao encontro de conselhos dados pelos profissionais.

Entrevistador: E você tem vontade de trabalhar com outra coisa mais para frente, ou quer fazer isso para o resto da vida?

Jovem: Tenho, tipo assim, ser um promotor, um advogado, alguma coisa assim.

Entrevistador: Você tem vontade de fazer faculdade?

Adolescente: Eu tenho. (Adolescente, interior)

Adolescente: Eu penso em fazer faculdade, penso em formar em alguma coisa.

Entrevistador: E trabalho, qual tipo de trabalho que você tem interesse, acha que vai mexer?

Adolescente: Eu acho interessante muito engenheiro. (Adolescente, RMBH)

Uma vez envolvidos no cumprimento dos programas Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade, os jovens são estimulados a refletir sobre sua situação e auxiliados na construção de uma perspectiva de futuro diferente, rompendo com a prática dos atos infracionais, em direção a ações construtivas e valorizadas socialmente, tal como pode ser observado nos trechos anteriores. No caso do programa Liberdade Assistida, esse foi percebido, também, como um local onde o jovem tem apoio, como mostra a citação seguinte de um sócio-educando da RMBH que já havia passado por instituição de internação: *As pessoas aqui (no LA) estão acreditando e dando uma chance[...]o fechamento (instituição de internação) lá só aumenta mais a revolta, só revolta mais.*

5.2.6. Sugestões de Melhoria

As **sugestões dos adolescentes para melhoria dos programas em meio aberto** foram no sentido de incremento na infra-estrutura, maior número de atendimentos psicológicos e oferta de cursos, no caso do programa Liberdade Assistida. A demora no atendimento e desenvolvimento da medida em virtude, por exemplo, de falta de vales-transporte e de faltas de técnicos em dia de atendimento também foram destacadas por alguns como um aspecto que deve ser melhorado. Segundo eles, esse tipo de problema atrasa o cumprimento da medida sócio-educativa, o que muitos querem concluir o mais rápido possível.

Entrevistador: O que você acha que o programa poderia melhorar? Ajudar mais os adolescentes?

Adolescente: Ah, ter mais cursos porque são poucos cursos. [...] ah, eu acho importante [melhorar] o atendimento aqui, porque ele é ruim, [tem que] melhorar um pouco também.

Entrevistador: O que acontece de ruim?

Adolescente: Ruim porque é demorado, demora muito o atendimento [...] às vezes falta vale-transporte e não da pra gente vir aí vai atrasando. Igual eu fui preso, 6 meses já era pra mim ter pagado os 6 meses já. Só que aí ficava faltando vale e a técnica tava faltando, aí foi estendendo. Aí eu vou acabar de pagar o ano que vem. (Adolescente RMBH)

Em relação ao PSC, alguns adolescentes demonstraram insatisfação com o tipo de serviço que deveriam prestar, considerando-os “sujos” ou cansativos demais. Essa queixa vai ao encontro da preocupação de técnicos de que alguns tipos de serviços tenham caráter mais punitivo que pedagógico, sendo necessária uma avaliação de sua aplicação e gerência.

Entrevistador: E o que você acha que poderia melhorar no programa?

Adolescente: Deixar a gente descansar um pouco, não ficar “tacando na gente serviço porco”, igual quando eu entrei até limpar “bosta” a gente estava limpando.

Entrevistador: E o que você colocaria para melhorar?

Adolescente: Se eles deixassem só no serviço de varrer, capinar, era bom, mas isso não era serviço para a gente não, de pegar a “bosta” com a mão e jogar para cima, eu de um lado e a “bosta” passou, do lado da minha cabeça, no cano. (Adolescente RMBH)

5.2.7. Experiência com outros órgãos do Sistema de Justiça

Em relação à **experiência com os demais órgãos que compõem o sistema de justiça juvenil**, o contato dos adolescentes com órgãos do sistema de defesa social, tais como: as delegacias, os juizados e os conselhos tutelares evocam opiniões diferenciadas. A experiência nas delegacias costuma ser a mais traumática, ocasião em que alguns vivenciam episódios de humilhações, como xingamentos, e violações de direitos, como uso de algemas e até mesmo violência. O contato com o juizado e conselho tutelar, por outro lado, teve avaliação positiva e mais “tranquila” por parte dos adolescentes. Nesses órgãos, recebem informações sobre sua situação e instrução sobre a medida que lhes foi aplicada, seus objetivos e etc.

Como citado anteriormente, alguns jovens já haviam passado por internação. O tratamento recebido nos centros em que são aplicadas foi duramente criticado por eles, deixando entrever a violação aos direitos humanos, em geral, e dos adolescentes, em particular, previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e contrariando o propósito educativo das medidas aplicadas aos menores em conflito com a lei. Houve relatos de adolescentes que passaram dias trancados em celas escuras, tendo direito a uma refeição diária, apenas, além de surras e agressões verbais.

6. Análise com os profissionais dos programas Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à comunidade

Esta seção apresenta uma análise das entrevistas feitas com os técnicos dos programas de medidas sócio-educativas em meio aberto (Prestação de Serviços à Comunidade e Liberdade Assistida). O discurso foi analisado e classificado em itens que se mostram pertinentes à discussão acerca do funcionamento dos programas e da relação entre técnicos e os jovens em cumprimento de medidas sócio-educativas.

6.1. Atendimento

No que concerne ao atendimento dado ao jovem quando de sua inserção nas medidas sócio-educativas em meio aberto, é possível dizer que o responsável pelo primeiro contato é o técnico (normalmente um profissional da área de psicologia). É este ator que coleta as primeiras informações de “background” dos jovens. Importa dizer que não necessariamente é-lhes perguntado sobre o porquê de estarem ali, cumprindo aquela medida. No momento do acolhimento, o jovem vem acompanhado de responsável, quando lhes é explicado o que é medida sócio-educativa, diferenciando-a de simples punição, e o ECA.

“Então, o primeiro passo é o acolhimento desse adolescente e tocar no ato infracional, saber o que aconteceu. Segundo passo, geralmente a minha entrevista demora de 1 a 2 atendimentos, é continuar a entrevista onde eu abordo uma série de coisas que depois você pode levar em anexo, onde eu abordo vícios, histórico de vícios de droga, eu abordo ali a escolaridade, o relacionamento familiar, pretensão para o futuro, qualidades. É uma entrevista psicológica, é uma [] psicológica feita, direcionada para o ato infracional, para o atendimento de medidas sócio-educativas. Depois desse primeiro passo aí a gente vai para o acompanhamento psicológico, aí eu marco.” (Técnico, interior)

Em seguida, faz-se contato com assistente social, cuja finalidade é elaborar diagnóstico psicossocial. Neste momento do processo, questões familiares são abordadas e analisadas por dois profissionais, no mínimo. O passo seguinte é proceder análise da situação jurídica do jovem, se a medida definida pelo juiz é pertinente, ou se há outra mais adequada à sua realidade psicológica e social. Neste momento é que se tem a tipificação do ato cometido pelo adolescente. Infelizmente, na opinião dos técnicos, não há equipe suficiente para um trabalho de acompanhamento familiar e, em

geral, quem faz as funções de psicólogos e assistentes sociais são estagiários de graduação desses cursos.

Um dos aspectos negativos enfatizados pelos técnicos dos programas é a falta de informação acerca da vida do jovem após sua saída. Em geral, os técnicos só têm notícias dos jovens quando estes “caem” novamente e precisam retornar ao cumprimento de alguma medida sócio-educativa. Outro ponto relevante refere-se à parceria que as equipes possuem em relação ao Judiciário: *“quando a gente percebe que o cumprimento daquela medida vai causar algum constrangimento àquele menino, a gente vai e conversa com o juiz, propondo uma substituição. Geralmente, ele acata nossas sugestões”* (Técnico, interior).

Nos casos de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), é perguntado ao jovem se ele tem preferência por alguma instituição onde gostaria de cumprir a medida. De acordo com os técnicos, alguns preferem locais próximos às suas vizinhanças, outros, em bairros mais distantes para não sofrerem “constrangimento”. Nesses casos, há a necessidade de viabilizar o deslocamento do jovem até o local, conseguindo vale-transporte, por exemplo. No acolhimento também é feito encaminhamento para instituições de saúde, de ensino, buscando reinserir os jovens no sistema escolar formal, e/ou algum curso profissionalizante.

Caso a instituição escolhida pelo adolescente faça parte das vinculadas ao programa, os técnicos entram em contato e verificam a possibilidade de aceitação do adolescente. No caso de recusa por parte da instituição – “o que é mais comum do que se imagina” – não há insistência por parte do programa. Importante ressaltar que é realizado trabalho de conscientização com as instituições, buscando a compreensão da realidade desses jovens para que se evite discriminação. Caso a instituição sinalize positivamente, firma-se, então, um termo de parceria entre essa e o programa. Os jovens atendidos pelo PSC são acompanhados pelos coordenadores nas entidades parceiras. Geralmente, o técnico realiza este acompanhamento por meio de telefone, conversando com o responsável pelo acompanhamento do jovem na entidade. Em vários casos, os jovens raramente vão à sede do programa. Sua frequência é maior nas entidades parceiras em que cumprem a medida sócio-educativa. Sendo assim, um dos fatores de preocupação constante por parte dos técnicos é a fiscalização dessas, posto que muitas não percebem o PSC como uma medida educativa, mas antes, como uma medida punitiva, não se responsabilizando pelo caráter de reinserção social do jovem.

No Liberdade Assistida (LA), geralmente os jovens freqüentam o programa semanalmente. A metodologia de atendimento dos técnicos é ouvir os adolescentes e incentivá-los a falar a respeito de sua vida. Há também iniciativas de atendimento em grupo, com atividades lúdicas e culturais para promover a interação entre os jovens.

Iniciativas pessoais dos técnicos devem ser destacadas tal como o projeto Semear em João Monlevade, que dentre outras iniciativas promoveu o trabalho em rede junto a instituições ligadas às áreas de educação, saúde, assistência social, jurídica e psicologia. Foram realizadas oficinas que tratavam sobre sexualidade, não violência, afetividade. Os horários de atendimento são flexibilizados de forma que o jovem não perca dias de aula, provas, trabalhos e demais atividades escolares. Um dos fatores de sucesso do projeto se deve ao apoio por parte do juiz diretor do Fórum, da promotoria e da juíza da Vara da Infância e da Juventude. Outro ponto favorável ao sucesso do projeto foi o fato de se trabalhar com teatro, hip hop, enfim, com a atividades que envolvem os jovens.

A questão do perfil do público atendido referiu-se quase que exclusivamente à coorte das classes populares. O que não significa que não haja comportamentos desviantes e violações legais entre os adolescentes da classe média e classe alta. Assim, cabe a relativização no sentido de que a subnotificação dos casos envolvendo adolescentes que violaram a lei nas classes privilegiadas é muito alta. Na maior parte dos casos as famílias buscam resolver tais questões na esfera privada enquanto os recursos acessíveis aos pobres convergem justamente para o lado público da resolução dos problemas, tendo, portanto, maior visibilidade (Adorno, Bordini e Lima, 1999.)

O município de Mariana, particularmente, destaca-se porque há apenas dois lugares nos quais os jovens cumprem o PSC: no quartel da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), onde o responsável é um tenente, e nas escolas, quando moram na área rural, onde o responsável é o diretor. Em ambos os locais, o serviço geralmente é a limpeza das instalações.

A falta de estrutura, principalmente de pessoal treinado e equipe específica, para aplicar as orientações do ECA foi muito recorrente, bem como o problema de o funcionamento do programa estar vinculado ao poder judiciário. Nítida foi a diferença entre os municípios do interior quando os programas funcionam em Fóruns e quando funcionam nos Centros de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS), Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Secretarias de Assistência Social.

Em geral, nos municípios em que os programas funcionam em fóruns, há menos apoio e estrutura de trabalho que nos segundos.

“(...) Foi apreendido, conduzido à Delegacia, posteriormente apresentado ao promotor que oferece a remissão, que seria o perdão judicial puro, ou que oferece a remissão mediante a uma pena prevista no ECA, ou oferece a representação que seria para o maior denúncia e para o menor representação. Dentro dessa medida, nesse andamento processual, em qualquer momento pode se dar essa remissão, que seria o perdão judicial. E via de regra, ela vem acompanhada de uma medida que pode ser advertência, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semi-liberdade e internação sempre que é dada ou por sentença ou final ou pela homologação proposta pelo ministério público, a gente tenta na medida do possível, fazer com que o adolescente cumpra aqui dentro do próprio anexo do judiciário, com a finalidade de um acompanhamento mais próximo, porque a gente não coloca ele tão exposto, prestando em outro local, longe dos olhos de quem tem um maior interesse que ele cumpra e ela se dá também de uma forma ligada àquilo que ele gosta mais de fazer, que ele tenha aptidão para fazer. Então aqui no nosso caso, a gente aproveita alguém para a parte administrativa, procurar um processo, separar alguns documentos...” (Técnico, interior)

De acordo com os técnicos, o cumprimento da medida é entendido pelos jovens como um castigo e não com um sentido sócio-educativo, de ressocialização.

“(...) a gente passa pela audiência com o juiz, aí o juiz passa o adolescente lá pro setor infracional da vara. Aí a vara da infância tem um horário das assistentes sociais que fazem o acolhimento. Só assistentes sociais que fazem acolhimento. É bem contexto social. Que vem o adolescente, vem a mãe, pega a renda familiar e isso tudo. Aí passa lá pro setor infracional e já agenda aqui ela já tem a agenda das meninas lá, aí a família vem. Isso é igual pra LA e PSC. Aí na outra semana já agenda o adolescente que vem com a mãe ou não. Normalmente fica difícil porque a mãe trabalha. Normalmente é a mãe que vem. E na outra semana passa pelo psicólogo, passa pelo pedagogo e na terceira semana por um desses dois também. então a dinâmica é o adolescente passar por essas três áreas que é a pedagogia, psicologia e serviço social. Depois a gente vê a disponibilidade dos técnicos ou então o que tem mais a ver.... A gente atende até vinte adolescentes.” (Técnico, RMBH)

Particularmente na RMBH, os programas apresentam mais estrutura no que se refere à atuação conjugada a outros projetos, como o Sentinela⁷. Desta forma, o atendimento prestado ao adolescente procura observar se, ainda que em conflito com a

⁷ Serviço que oferece um conjunto de procedimentos técnicos especializados para atendimento e proteção imediata às crianças e aos adolescentes vítimas de abuso ou exploração sexual, bem como seus familiares, proporcionando-lhes condições para o fortalecimento da auto-estima, superação da situação de violação de direitos e reparação da violência vivida. O público-alvo do programa são crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso ou exploração sexual, bem como suas famílias. Fonte: <http://www.mds.gov.br/>

lei, também veio a ser vítima de violação de seus direitos, tais como abuso e exploração sexuais ou violência policial. Entretanto, foi ressaltado que o adolescente não é colocado numa posição de vítima, sendo conscientizado de que precisa cumprir medida sócio-educativa uma vez que cometeu ato infracional.

6.3. Recursos

A falta de equipe técnica capacitada foi recorrente nos municípios em que as entrevistas foram realizadas. Em geral, conta-se muito com estagiários e não se possuem profissionais adequados para fazer acompanhamento junto à família dos jovens, por exemplo. Outro fator é a falta de entidades previstas no ECA para receberem os adolescentes que deveriam ser encaminhados para, por exemplo, tratamento de dependência química.

“Porque o Estado não tem estrutura apropriada pra aplicação das medidas. Quer dizer, o judiciário fica assim atônito. O estatuto da criança e do adolescente tá lá, os atos infracionais acontecem, o poder judiciário tem que aplicar a lei. Mas o poder executivo não dá o suporte necessário, a estrutura necessária pra que a lei seja aplicada. Não só no caso do adolescente, mas no caso adulto é a mesma coisa.” (Técnico, interior)

No interior, de maneira geral, os recursos materiais com que contam os programas são suficientes, mas em termos de recursos humanos, os técnicos expuseram a alta demanda tanto em termos de quantidade quanto em termos de qualidade. Nos casos em que os atendimentos se dão em Fóruns foi enfatizada a falta de salas com privacidade para atender os adolescentes. Em contrapartida, destacaram o respeito que os jovens têm ao irem ao Fórum. Exemplo: não poder entrar de bermuda, boné...

Na RMBH, foi colocada a questão da ausência de coordenador de equipe (exceto Betim e Contagem), com mais experiência que os técnicos. Essa figura é importante, pois centraliza as tomadas de decisão sobre as medidas a serem aplicadas aos adolescentes em conflito com a lei. Em diversos casos, os programas começaram sem a devida capacitação, espelhando-se na experiência de Belo Horizonte. Nos municípios da região metropolitana, diferentemente do interior, não há carência de técnicos e a estrutura física pode ser considerada como adequada uma vez que permite privacidade no atendimento. Os adolescentes recebem vale-transporte para irem aos encontros. Geralmente não possuem veículo próprio, mas é feito agendamento semanal e um carro é emprestado do CREAS, por exemplo, ou de outros órgãos das prefeituras. Além disso, os programas contam com a parceria do Fica Vivo! Programa de Controle de Homicídios do Governo Estadual.

6.4.Coordenador

Em geral, a figura do coordenador mostrou-se crucial para o funcionamento do programa, sendo *“um pouco de tudo: psicólogo, assistente social, jurista, ele possui o papel de definir qual a medida a ser aplicada ao adolescente e como esta será administrada”*. Ele é visto como o elo entre a equipe e o Poder Judiciário. Apesar disso, essa figura não é prevista no ECA, sendo apenas um referencial geral e são pouquíssimos os municípios que a possuem. A política das Medidas Sócio-educativas é descentraliza e cada município tem autonomia para estabelecer o melhor arranjo organizacional. Como exemplo de programas que possuem coordenador podemos citar Betim, Contagem, Uberlândia e Ipatinga.

6.5.Contato com órgãos

No interior, em termos de parcerias, foram mais recorrentes aquelas com órgãos do Executivo local como Secretarias de Assistência Social, Educação e Saúde. As parcerias buscadas com as escolas também se mostraram importantes e fundamentais para a ressocialização dos jovens. Comparando os programas que funcionam em Fóruns com os que funcionam em locais cedidos pelo Executivo local, houve a prevalência de rapidez na resolução dos casos, dos encaminhamentos, dentre aqueles que funcionam em fóruns. Naqueles que funcionam sob responsabilidade do executivo local, a lentidão das respostas de ofícios e ordens judiciais foi mais recorrente que entre os técnicos que trabalham fora dos fóruns.

As parcerias com fundações e ONGs se mostraram cruciais para a implementação do PSC. Da mesma forma, são importantes as parcerias com prefeituras, uma vez que os jovens cumprem as medidas nas secretarias municipais. Entretanto, foi ressaltada a importância do seu acompanhamento. Por exemplo: o jovem que foi encaminhado para a prefeitura estava varrendo praça pública e era discriminado pelos outros jovens da cidade.

Parcerias com entidade de atendimento a drogaditos se mostraram necessárias, mas pouco implementadas devido à escassez das mesmas. Relações entre Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializado de

Assistência Social (CREAS), Centros de Atenção Psicossocial Infantil (CAPSI) se mostraram muito relevantes e eficientes. Em geral, a relação com os órgãos do Judiciário, Varas da Infância e Juventude e Promotorias se mostraram satisfatórias, apesar da demora em respostas urgentes e “simples”, principalmente dentre aqueles programas que não funcionam nos Fóruns.

Também na RMBH, o trabalho em rede ainda não se encontra formalizado ou existente em condições otimizadas. As principais agências de troca de informações são Conselho Tutelar, Juizado e Promotoria da Infância e Juventude. Não raro, um atendimento que deveria ser de responsabilidade do CREAS é feito pelo pessoal do programa. Um dos problemas refere-se ao rodízio constante entre os promotores, semestralmente. Na RMBH, a violência policial foi mais enfatizada que dentre os técnicos do interior.

6.6.Relação com Juizado e Promotoria

Em geral, os programas possuem determinada liberdade e autonomia para adequar da melhor forma possível a decisão tomada pelo juiz. Na maior parte dos casos, essas adaptações são bem aceitas pelo Judiciário. Por exemplo: se o juiz encaminha para a escola “x” e o programa constata que a escola “x” não tem a receptividade devida, eles não encaminham o adolescente para a escola. Procura-se outra e o jovem é encaminhado para essa.

Recorrente foi a opinião de que “*o Judiciário sozinho não dá conta de resolver o problema*” e de que é imprescindível o apoio e o comprometimento do executivo para o bom andamento das medidas sócio-educativas em meio aberto.

Mostrou-se raro o fato de o juiz negar pedido feito pelos técnicos e a posição enérgica durante a audiência deste personagem mostrou-se fundamental para o respeito que o jovem passa a ter em relação ao cumprimento de sua medida.

A personalização dos indivíduos, juízes e promotores, em termos de envolvimento com o problema foi bastante recorrente.

6.7.Fatores que dificultam a dinâmica dos atendimentos

Uma das dificuldades já apontadas, referente à falta de estrutura humana pra exercer de forma adequada o serviço, acarreta falha na fiscalização do cumprimento das medidas de PSC, principalmente. Isso faz com que o técnico só venha a saber que o jovem está infrequente no cumprimento da medida tempos depois, quando já não tem mais como recomençar sua atividade. A carência de profissionais também implica na dificuldade de acompanhamento dos casos atendidos e na realização de um trabalho com a família.

A morosidade do funcionamento da rede de responsabilização, sobretudo em relação aos promotores e juizes, chamou a atenção dentre os técnicos cujos programas funcionam fora dos fóruns. A escassez de entidades de atendimento ao jovem, principalmente as relacionadas à dependência química, também foi apontado como um dos fatores que dificultam o trabalho dos técnicos.

A questão da “rotulação” do adolescente em conflito com a lei como indivíduo desajustado às normas por parentes, vizinhança e comunidade ficou bem clara e se mostrou como um ponto nevrálgico na recuperação dos jovens.

“Questão dos limites é afeto. A gente percebe que a grande maioria tem uma baixa estima e a maioria não é elogiada e são sempre os capetas da família e bode expiatório. Tudo de errado às vezes nem foi ele que fez e cai nele. Eles reclamam muito isso. Mas nem fui eu, foi o meu irmão. Mas como eu já tenho problema então fui eu. E uma dificuldade que a gente percebe muito claramente, o menino que está rotulado como aquele que cometeu um ato infracional os próprios irmãos chamam olha o ladrão ou bandido. Então a própria família discrimina. Então realmente eu sou um bandido. Eu vou melhorar pra que? O que eu vou fazer pra melhorar a minha vida? Pra que eu vou melhorar? Porque eu vou melhorar? Qual o motivo que eu vou melhorar?” (Técnico, RMBH)

6.8.Fatores que facilitam a dinâmica do atendimento

Pode-se dizer que uma boa relação entre os programas e as demais entidades componentes da rede facilita o trabalho com o jovem. Também uma sede adequada ao trabalho, com salas privadas para o atendimento.

6.9.Opinião dos técnicos sobre a participação dos jovens no programa

Uma hipótese colocada pelos técnicos é de que se o jovem se engaja no programa, no cumprimento da medida que lhe é colocada, ele não reincide. Mesmo quando isso ocorre, no segundo momento, ele encara o cumprimento da medida de forma mais madura que quando cumpriu da primeira vez. E, nestes casos, é raro ter uma terceira “queda”.

A necessidade de se trabalhar a desmistificação do ECA, tanto por parte do jovem quanto por parte de professores e família, foi um ponto recorrente, na opinião dos técnicos. Para estes, é preciso socializar a informação de que o ECA não veio para “passar a mão na cabeça dos meninos”, mas que preconiza a responsabilização dos adolescentes em conflito com a lei, respeitando, também, seus direitos. Eles notam melhora na auto-estima dos jovens, mais responsabilização quanto a seus atos, sobretudo no que se refere à sexualidade responsável e maior envolvimento, em termos de afetividade inclusive, entre os jovens e seus familiares, pais e irmãos.

A preocupação dos técnicos em incentivar o exercício de atividades menos braçais também se mostrou muito presente. Exemplo: em vez de o adolescente capinar o jardim da escola, ele passa a ser o boy, auxiliando na secretaria da instituição.

“Essas pessoas, elas têm prazer em receber esses meninos. Mas são poucas as entidades. Se tiver dez entidades, três ou quatro fazem um trabalho interessante. O resto ou não faz ou discrimina ou estigmatiza ou simplesmente recebe qualquer ordem do juiz e isso a gente não quer não”.

Dentre as dificuldades pra fazer com que o jovem se envolva no programa destacam-se a sua capacitação e a manutenção na escola e no mercado de trabalho. Muitas vezes, esse engajamento torna-se mais difícil devido a estigmatização sofrida. Exemplo: “para participarem de curso no SENAI é preciso ter uniformes e eles não têm

dinheiro para tal. Indo sem uniforme, acabam por ser taxados de diferentes dos demais e destacados como a turminha dos infratores” (técnico, RMBH).

A questão da religião e da espiritualidade também foi apontada como uma forma imprescindível para se buscar o engajamento do jovem no processo de recuperação e se mostrou altamente positiva. A busca dos técnicos em trabalhar as dificuldades dos jovens destacou-se: *“se tem dificuldade na escrita, vamos trabalhar a escrita; se tem dificuldade na leitura, vamos trabalhar a leitura”* e assim por diante.

“(...) eu vou falar a verdade com você, o dia em que eu iniciei nesse programa eu tive uma audiência com a juíza e ela falou assim: olha se de 10 vocês conseguirem salvar 1 eu já estou muito feliz. Aí eu fiquei meio assim, por que ela está falando isso? Por que nós iniciamos e eu fiquei pensando por que ela estava falando isso. Aí hoje eu consigo te falar isso, por quê? Por que às vezes o comprometimento ele é tão grande que às vezes de 10 a gente consegue 1, a gente já fica muito feliz. Então dá pra perceber que envolve uma série de coisas, envolve ali família pra apoiar esse menino, envolve oportunidade, escola. Mais eu posso te certificar que se você pegar os meninos que concluíram aqui no Senso e conversar com eles você vai perceber que como a gente conseguiu tocar, a gente não consegue mudar. Por que aí é aquele negócio a gente toca e ele desperta e ele faz. Então eu fico muito feliz, eu tô vendo aí menino trabalhando, tô vendo aí menino estudando, uns conseguiram emprego de carteira assinada. Então a gente fica feliz de ver isso, mais não são todos.”(técnico, interior)

A ressocialização é entendida como uma via de mão dupla: o jovem faz a parte dele, frequentando a escola, respeitando os pais, melhorando o comportamento e o programa faz sua parte, de proporcionar cursos profissionalizantes, emprego, atividades...

Foi enfatizada ainda pelos técnicos a banalização por parte dos jovens do cumprimento das medidas em meio aberto: *“e se eu não cumprir não vai acontecer nada comigo”*, uma banalização do ECA, em contrapartida com a “seriedade” imbricada no cumprimento de penas em meio fechado. As medidas em meio aberto não seriam vistas como uma forma de ressocialização e de recuperação social, mas como uma punição, um castigo.

Outro ponto interessante refere-se à ausência de um corpo de técnicos que acompanhem os jovens após o cumprimento da medida, principalmente dentre aqueles que retornam para *“um meio desfavorável, dentro do próprio ambiente familiar, onde, o irmão, o primo, o tio são traficantes”*.

Foi argumentado que competir com o rentável tráfico de drogas é muito difícil. Uma das técnicas informou um caso de um jovem que declarou ganhar R\$ 6.000,00 por mês com as atividades do tráfico, seja “vapor ou aviãozinho”. A certeza dos adolescentes quanto ao “*não vai acontecer nada comigo, porque eu sou menor*” foi mais enfatizada em Betim e Contagem que nas demais cidades.

6.10.Motivos que levam os adolescentes a cometerem atos infracionais segundo a percepção dos técnicos.

Pode-se dizer, levando-se em conta as opiniões dos técnicos, que há duas frentes de explicação para o cometimento de atos infracionais pelos jovens: um se refere à desestruturação familiar e o outro ao envolvimento com as drogas, tanto como usuário como quanto traficante ou “aviãozinho”. Dentre aqueles que são encaminhados por crimes contra o patrimônio, tal como furto e roubo, estes são atribuídos às drogas, ao fato de eles precisarem do dinheiro para comprar a mercadoria.

A falta de perspectiva na vida, o que fazer no futuro, atrelado a famílias monoparentais femininas, com muitos filhos, vivendo em aglomerados em condições de extrema pobreza foi a justificativa mais recorrente entre os técnicos de Betim e Contagem, conjugada com a idéia recorrente de que o ECA protege os menores de 18 anos.

7. Recomendações e Considerações Finais com Base na Análise do Material Qualitativo

Esta seção apresentará os principais pontos abordados nas entrevistas com os técnicos e adolescentes dos programas de medidas sócio-educativas em meio aberto (PSC e LA) de alguns municípios mineiros. A partir das entrevistas com os técnicos observa-se que:

- Mais que diferenças entre os programas das cidades do interior e as duas principais da Região Metropolitana de BH, Betim e Contagem, as análises mostraram que os pontos centrais diferenciadores em termos de recursos e estrutura de trabalho devem-se antes ao fato de os programas serem diretamente ligados ao Judiciário ou ao Executivo local. Em termos de celeridade processual e contato com a rede de responsabilização, os programas sediados nos Fóruns possuem vantagens se comparados aos que estão ligados ao Executivo local. Em contrapartida, em termos de parcerias com a rede de atendimento, os programas mais ligados aos CREAS, CRAS e afins são melhor atendidos.
- No que se refere ao atendimento, em geral, faz-se primeiramente um diagnóstico psico-social do jovem para depois proceder à tipificação do ato infracional. Não raro, as equipes dos programas propõem a substituição da medida ao Judiciário que, por sua vez, tende a acatar a adequação à realidade psico-social do jovem.
- O fortalecimento da chamada rede de proteção aos adolescentes mostrou-se fator imprescindível ao bom atendimento e ressocialização dos jovens em conflito com lei. Assim também, o apoio da família e da escola, principalmente no que concerne à não estigmatização do sujeito, mostrou-se fundamental no processo de reeducação daqueles.
- Por fim, as causas apontadas pelos técnicos como “justificações” para a entrada dos jovens no “mundo do crime” variam desde o envolvimento com as drogas e com o tráfico de drogas até a existência de famílias “desestruturadas” e da falta de apoio no que concerne à manutenção desses jovens nas escolas.

A partir das entrevistas realizadas com os adolescentes, observa-se que:

- O público-alvo das medidas sócio-educativas é proveniente, em sua maioria, da coorte pobre da população. São comuns os lares chefiados apenas por um dos genitores, majoritariamente as mães. O apoio familiar é fundamental para o cumprimento da medida sócio-educativa, para o rompimento com práticas infracionais e construção de uma perspectiva positiva de futuro.
- Boa parte dos amigos de jovens em conflito com a lei também tem envolvimento em ações desviantes e alguns foram responsáveis por “convidar” os entrevistados a tais empreendimentos. Nota-se afastamento das antigas amizades quando o adolescente resolve romper com a prática infracional, em grande parte dos casos.
- A justificativa para o cometimento de atos infracionais dadas pelos adolescentes tem a ver com a consecução de recursos para o consumo próprio e, no interior, um meio de “descarregar a raiva”, segundo alguns. Na RMBH, o percentual de adolescentes que não assumiu a responsabilidade pelo ato infracional praticado foi maior, a maioria afirmou que “foram pegos de surpresa”. Esse fator se destaca, pois pode influenciar na implicação do adolescente com a medida, uma vez que não se considera responsável por suas ações.
- O principal pilar das medidas sócio-educativas em meio aberto, a partir das falas dos entrevistados, é o atendimento prestado pelos profissionais dos programas (psicólogos, assistentes sociais, etc). As ações das equipes técnicas dos programas foram bem avaliadas por quase todos os jovens, tanto na RMBH quanto no interior. Esses atendimentos se concentram nas relações familiares dos jovens bem como no relacionamento com pares, intercurso no sistema de ensino, incentivando-os a aprimorarem as relações nessas esferas e buscando auxiliá-los na construção de uma perspectiva positiva de futuro, afastada de ações desviantes. Em relação a outras atividades tais como cursos e trabalho, observa-se melhor estruturação naqueles programas ligados ao CREAS, CRAS. Entretanto,

a rede de parcerias e o oferecimento de atividades aos adolescentes ainda não funcionam de maneira eficiente, devido ao baixo número de vagas e a escassez de cursos ofertados.

- Como sugestão de melhoria para o funcionamento dos programas, os adolescentes sugeriram maior número e variedade de cursos e trabalho em que pudessem atuar, além de incremento na infra-estrutura dos locais de atendimento. Também foi destacada a viabilização para o cumprimento da medida, uma vez que fatores como eventuais faltas de vales-transporte foram apontados como elementos que atrasam o cumprimento dessa.
- As análises das entrevistas mostram que a experiência da maioria dos adolescentes com a polícia é muito negativa, com relatos de violação de direitos e humilhações. Isso demonstra falta de preparo de tal agência no trato com esse público. Já em relação aos juizados e Conselhos tutelares a avaliação foi mais positiva, sendo esses órgãos identificados como locais onde os jovens são informados de sua condição, os objetivos das medidas sócio-educativas às quais são encaminhados, seus direitos, etc.

As medidas sócio-educativas em meio aberto têm sido amplamente aplicadas no Brasil, e em Minas Gerais, após o advento do ECA. Tais medidas têm se mostrado coerentes e adequadas aos pressupostos de respeito aos direitos do público juvenil em conflito com a lei, por privilegiarem o aspecto pedagógico em detrimento de apenas punir os jovens por seus atos infracionais. Como visto na pesquisa, a partir das entrevistas de adolescentes que cumprem Liberdade Assistida ou Prestação de Serviço à Comunidade e dos profissionais que atuam nesses programas, os aspectos positivos sobressaem aos negativos, por estimularem atividades sadias e socialmente estimuladas como o compromisso com educação, desenvolvimento de bom relacionamento familiar e construção de perspectiva de futuro desvinculada com ações desviantes.

Entretanto, os relatos nos mostram que os programas em meio aberto no Estado, apesar de positivamente avaliados, não têm, na maior parte dos casos, atuado em sua potencialidade. As dificuldades se referem a fatores de ordem estrutural e material, em alguns casos, e de contingente profissional especializado suficiente para lidar com o

público-alvo das medidas, em outros. As ações em rede também se mostram bastante enfraquecidas, sendo mais fortes onde ocorreu municipalização dos programas.

Portanto, espera-se que os resultados desse estudo, aliado aos resultados provenientes do material quantitativo, possam contribuir com o objetivo de conhecer como se dá o funcionamento das medidas sócio-educativas em meio aberto, em alguns municípios de Minas Gerais, e o público atendido por estas, além de fornecer subsídios para que mudanças possam ser efetuadas no sentido de prestar atendimento mais adequado aos adolescentes e promover sua ressocialização, como preconiza o ECA. Apesar da consciência de que os resultados de iniciativas isoladas dificilmente levem aos objetivos almejados, sendo necessária a articulação de diversas instituições e esferas para que sejam atendidos (fazendo referência ao trabalho em rede que ainda se mostra pouco articulado) acredita-se que o primeiro passo em direção àquele é um diagnóstico de seu funcionamento.

8. Referências bibliográficas:

Referências Bibliográficas

- ADORNO. "A Criminalidade Urbana Violenta no Brasil: Um Recorte Temático". BIB, SP, nº 35, 1993.
- ADORNO, BORDINI e LIMA. O adolescente e as mudanças na criminalidade urbana. São Paulo em Perspectiva, 13(4) 1999, pp. 62-74.
- ALVAREZ, M. C. Controle social notas em torno de uma noção polêmica, São Paulo em Perspectiva, 18(1): 168-176, 2004.
- ALVIM, M.R.B. et alii (1988) – “Infância e Sociedade no Brasil, Uma análise da literatura”, In: *Bib*, N.26.
- ARAÚJO, Silvana. “Da caridade à justiça: uma análise da justiça de menores”. In: Os conflitos sociais da menoridade. RJ: Programa de Políticas Públicas do Centro de Ciências Sociais / PUC, 1984.
- ARIÉS, P. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- BABBIE, Earl. Métodos de pesquisa de Survey. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.
- BAILLEAU et alii. La justice pénale des mineurs em Europe. *Déviance et Société*, 2002, vol. 26, n.3.
- BAILLEAU. F. La justice pénale des mineurs em France ou l'émergence d'un nouveau modele de gestion des illégalismes. In: La justice pénale des mineurs em Europe. *Déviance et Société*, 2002, vol. 26, n.3, pp.403-421.
- BOURDIEU, P. O poder Simbólico. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1998.
- CARDIA, N. “A violência urbana e os jovens”. In: PINHEIRO, P.S. (org.). São Paulo sem medo. Um diagnóstico da violência urbana. Rio de Janeiro, Garamond, 1997.
- CAVALLIERI, A. Falhas do Estatuto da criança e do adolescente, organizador Alyrio Cavallieri. RJ: Forense, 1995.
- CRAWFORD, A. La reforme de la justice des mineurs em Anglatere et au Pays de Galles. In: La justice pénale des mineurs em Europe. *Déviance et Société*, 2002, vol. 26, n.3, pp.387-402.
- CRISP – “Avaliação do Programa Liberdade Assistida da Prefeitura de Belo Horizonte”. Universidade Federal de Minas Gerais, Relatório de Pesquisa, 2005.
- DOOB e TONRY, Varieties of Youth Justice. Youth crime and youth justice: comparative and cross-national perspectives, edited by Michael Tonry and Anthony Doob. The University of Chicago, 2004, pp. 1-20.
- ELIAS, Norbert. Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2000.
- _____, (1990) - *O Processo Civilizador*, RJ, Zahar, Vol. I. e II.
- _____. Introdução à Sociologia. 2ª ed., Lisboa:Edições 70, 2005.

- FREITAS, W. Espaço urbano e criminalidade: lições da Escola de Chicago. São Paulo: IBCCRIM, 2002.
- GARLAND, D. As contradições da “sociedade punitiva”: o caso britânico. *Sociologia e Política*, n.13: 1999.
- HARRIS, Philip W. WELSH, N. and BUTLER, Frank. *A Century of Juvenile Justice*. The University of Chicago, Criminal Justice vol.1 chapter 8. 2000. pp. 359-425.
- HIRSCHI, Travis. *Causes of Delinquency*. Berkeley, CA: University of California Press, 1969.
- LIMA, MISSE, E MIRANDA. Violência, criminalidade, segurança pública e justiça criminal no Brasil: uma bibliografia. BIB, SP, ANPOCS/Relume Dumará, n.50, 2 sem, 2000.
- MARINHO, F. Ambiente Urbano e Crime. Dissertação apresentada ao curso de mestrado em sociologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003
- MERTON, R. K. (1968) “Estrutura Social e Anomia”, in *Sociologia : Teoria e Estrutura*. Ed. Mestre Jou. São Paulo : págs. 203-270
- MENDEZ, E. Garcia. Infância e cidadania na América Latina. São Paulo: Hucitec, 1998.
- MISSE, M. et alii. (1973). *Delinqüência Juvenil na Guanabara. Uma Introdução Sociológica*. RJ, Tribunal de Justiça da Guanabara e Juizado de Menores da Guanabara.
- PRIORE, Mary del. História da criança no Brasil. São Paulo: Contexto, 1991.
- RIZZINI, I. A Criança e a Lei no Brasil – Revisitando a História (1822-2000) Rio de Janeiro USU Ed. Universitária, 2000.
- SALLA, F. GAUTO, M. ALVAREZ. M.C. A contribuição de David Garland a sociologia da punição. *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v.18, n.1, nov. 2006.
- SIERRA, Vânia Morales. A Judicialização da Infância: o processo de implantação e execução do Estatuto da Criança e do Adolescente nas cidades do Rio de Janeiro, Niterói e Maricá Rio de Janeiro 2004
- SINHORETTO, J. Ir aonde o povo está, etnografia de uma reforma da justiça. Tese de sociologia da USP, 2006.
- SPOSATO, Karyna Batista. O direito penal juvenil. *Revista dos Tribunais*, SP, 2006.
- SUTHERLAND, Edwin. *Principles of Criminology*. 3rd ed. Philadelphia: J.B. Lippincott, 1939.
- TORISU, Cristiane K. Estudo Comparativo com Adolescentes Egressos Reincidentes e Não Reincidentes do Programa Liberdade Assistida em Belo Horizonte. 2008. enc Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS- CENTRO DE ESTUDOS DE CRIMINALIDADE E SEGURANÇA PÚBLICA (CRISP). Pesquisa ‘Avaliação do Programa Liberdade Assistida’ - Relatório Final- 2005.

VARGAS, Joana D; MARINHO, Frederico C. 'O Programa Liberdade Assistida em Belo Horizonte: Alguns Apontamentos sobre a aplicação da Teoria da Desorganização Social no Brasil. 2005

VOLPI, Mário. Os adolescentes e a lei: o direito dos adolescentes, a prática de atos infracionais e sua responsabilização – Brasília: ILANUD, 1998. p. 100.

WASELFISZ, J.J., (Coord), (1998) - *Juventude, Violência e Cidadania*, RJ, Cortez.

WAIZBORT, Leopoldo. Elias e Simmel In: _____. (Org.) Dossiê Norbert Elias. São Paulo:Edusp, 2001.

ZALUAR, Alba. “Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização”
Perspectiva, Fundação Seade, SP, v. 13, nº 3, 2004.

9. Anexos

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE MEIO ABERTO.

Superintendência de Avaliação e Qualidade do Sistema de Defesa Social (SASDS)

Subsecretaria de Atendimento às Medidas Sócio-educativas em Meio Aberto (SUASE)

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP)

RELACIONAMENTO COM A FAMÍLIA E INFÂNCIA
--

Vamos falar um pouco sobre você e sua infância até hoje.

Onde você nasceu?

Como foi a sua infância? Você brincava, ia pra escola? Conte-me um pouco.

Com quem você mora em sua casa? Quem compõe sua família?

Quantos irmãos você tem? Como é seu relacionamento com eles?

Como é seu relacionamento com sua mãe? E seu pai?

Seus pais (ou algum outro responsável) tomam conta de você, vigiam suas idas à escola, tarefas? Ex: saídas nos finais de semana, impõem horário para chegar em casa, etc...

Que atitude sua você acha que desapontaria sua família?

Como você sabe disso? Seus pais só falam ou aconteceu algum fato que os desapontou?

Como você acha que será seu futuro (daqui a uns 10 anos)?

Como você acredita que vai conseguir as coisas que deseja?

E como você acha que sua família pensa que será seu futuro?

Você se acha uma pessoa comprometida com seus planos e deveres?

E os deveres da escola, você sempre os faz? O que a professora diz sobre você? Há cobranças dos pais / responsáveis quanto ao desempenho na escola? Há acompanhamento das atividades e da rotina na escola? Você tem religião? Frequenta a missa/ os cultos ou você não é praticante?

Você tem algum tipo de regra para sua vida, alguma coisa que você mesmo (a) decidiu seguir?

RELACIONAMENTO COM PARES

A maioria dos seus amigos é de onde? Da escola? Do Bairro? Onde vocês costumam ir aos fins de semana?

Vocês gostam de sair para fazer o que? Beber, conversar, fumar, usar drogas?)

Como você definiria seus amigos mais próximos? CDFs, bagunceiros, estudiosos...?

Quem é o mais animado da turma? Por que é essa pessoa? O que ela costuma fazer?

Seus pais se preocupam com suas saídas? Como?

Eles conhecem seus amigos? O que sua família fala ou pensa deles?

Você se preocupa com a opinião que as pessoas têm sobre você?

Você confia mais em algum (a) amigo (a) especial ou em sua família? Por quê?

ATO INFRACIONAL E OS PROGRAMAS DE MEIO ABERTO: PSC E LA

É a primeira vez que você participa do programa?

Por que você está fazendo parte do programa? Conte-me um pouco sobre o que aconteceu.

O que te levou a isso?

O que você estava buscando quando se envolveu nesta situação? Desde quando você participa do programa?

Como é o seu relacionamento com o técnico (psicólogo) que te acompanha?

Sobre o que vocês conversam? Ele te dá conselhos? Quais? E o que você pensa sobre esses conselhos?

Você tem orientador social? (Se sim) como é o seu relacionamento com ele? Vocês fazem alguma atividade juntos? Quais?

Quais atividades você realiza no programa? Faz algum curso ou estágio?

Atualmente, você está trabalhando? (Se sim) você conseguiu este trabalho através do programa ou já trabalhava antes?

Qual a sua opinião sobre as atividades oferecidas pelo programa?

Seus pais, sua família participa do programa de alguma forma? (Probe: em atendimento com os psicólogos, em outras atividades?)

Eles te apóiam para participar do programa?

Qual a sua opinião sobre o programa?(Probe: em relação ao pessoal que trabalha? Em relação às atividades?)

Você gosta de participar do programa?

Você acha que participar do programa mudou em algum aspecto sua vida? (Probes: na escola, no relacionamento com os pais, com amigos, etc) (Se sim) Como? (Se não) Por quê?

O que você acha que poderia melhorar? Se você pudesse, o que mudaria no programa?

Você já havia participado de algum outro programa como o LA/PSC antes?

E outros órgãos como polícia, juizado, conselho tutelar, você já havia tido contato com algum deles antes de vir pra cá?

**ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS TÉCNICOS DOS PROGRAMAS DE
MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE MEIO ABERTO.**

Superintendência de Avaliação e Qualidade do Sistema de Defesa Social (SASDS)

Subsecretaria de Atendimento às Medidas Sócio-educativas em Meio Aberto (SUASE)

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP)

Avaliação da execução da medida em meio aberto e dos resultados alcançados segundo
avaliação dos técnicos do PSC / LA

QUEBRA-GELO

Bom dia (boa tarde), meu nome é ____ sou pesquisador (a) do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública. O objetivo da nossa conversa é falar um pouco como se dá a todas medidas sócio-educativas me meio aberto, PSC e LA. Para começarmos, então, gostaria que você falasse um pouco da você, sua formação e experiência na aplicação dessa medida sócio-educativa (PSC ou LA)

Questões a Serem Levantadas

Como nossa conversa vai girar em torno da avaliação do programa PSC / LA, gostaríamos que você começasse nos dizendo o que você acha do programa PSC / LA?

(Probes: Por quê, método, dinâmica de trabalho)

Vamos falar um pouco sobre o atendimento prestado ao adolescente pelo programa. Como é feito o atendimento aos adolescentes?

Probes: Você acha o local adequado? Por quê?

Você têm privacidade para atendê-los?

3) De quais recursos (materiais e humanos) vocês dispõem na execução de PSC/LA? Na sua avaliação, eles são suficientes? Por que?

Como é feito o trabalho do orientador (se houver)? Você acha esse trabalho importante?

5) Como se dá o acompanhamento aos adolescentes nas atividades na escola, cursos e estágios?

6) Com quais órgãos o programa tem maior contato? A quais órgãos encaminham mais demandas?

7) Na sua avaliação, como é o relacionamento com esses órgãos que você citou? (perguntar um por um)

Quando você recorre ao Juizado e a Promotoria da Infância e da adolescência? Probe: Quando pedem orientação e ajuda, a resposta é rápida? Ela é satisfatória?

Gostaria de saber o que mais dificulta seu trabalho como técnico do programa PSC / LA? E o que mais facilita?

(Probe: escassez de recursos, a família dos adolescentes, a relação com os orientadores, etc...)

Probe: Vocês acham que a participação no programa faz diferença ou não?

Na sua percepção, quais os motivos que mais levam os adolescentes a cometerem atos infracionais?

Você gostaria de acrescentar alguma observação que não foi falada durante a entrevista?

